



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

VIRGINIO VICENTE MENDES

**HISTORIOGRAFIA GUINEENSE: ANÁLISE HISTÓRICA DOS PROCESSOS DA
COLABORAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS LÍDERES NATIVOS NA ÉPOCA DA
COLONIZAÇÃO (DÉCADAS DE 1885 A 1943)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

VIRGINIO VICENTE MENTES

**HISTORIOGRAFIA GUINEENSE: ANÁLISE HISTÓRICA DOS PROCESSOS DA
COLABORAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS LÍDERES NATIVOS NA ÉPOCA DA
COLONIZAÇÃO (DÉCADAS DE 1885 A 1943)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História, do curso de Licenciatura em História, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, orientado pelo Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M492h

Mendes, Virgínio Vicente.

Historiografia guineense : análise histórica dos processos da colaboração e resistência dos líderes nativos na época da colonização (décadas de 1885 a 1943) / Virgínio Vicente Mendes. - 2019.

51 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.

Co-orientador: Prof. Dr. Eric Brasil Nepomuceno.

1. Guiné-Bissau - Colonização. 2. Guiné-Bissau - História - 1885-1943. 3. Historiografia - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/SEBI

CDD 966.57

VIRGINIO VICENTE MENDES

HISTORIOGRAFIA GUINEENSE: ANÁLISE HISTÓRICA DOS PROCESSOS DA COLABORAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS LÍDERES NATIVOS NA ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO (DÉCADAS DE 1885 A 1943)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História, do curso de Licenciatura em História, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, orientado pelo Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.

Data de aprovação: 04/09/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Eric Brasil Nepomuceno (Co-orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Eduardo Antônio Estevam Santos (Arguidor interno)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima (Arguidor externo)

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Aos meus irmãos Ana Mendes, Virgínia A. Mendes, Nina Mendes, Janif Kariuka Mendes, Nataliano Darukarim Mendes, Leonildo Mendes, Naiza Carolina Mendes, e Ivaldina Domingas Mendes, Terezinha Joaquim Mendes, aos meus sobrinhos Jorgito M. Mendes, Ailton da Silva, Janaltafia Mendes e Mampokue Mendes, e em especial a minha filha primogênita, Domingas Fernandes Mendes e ao meu filho caçulo Juvinaldo Vens Mendes.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Jorge Mendes, que sempre me motivou através de ligações telefônicas para saber como estou me virando no curso, e me apoiando nas minhas pesquisas na medida do possível. Meu amado pai enfrenta dias duros numa Espanha perpassada pela xenofobia e preconceito ao imigrante. Devo dizer que meu pai, mesmo em meio a estas dificuldades, nunca deixou de lutar para que nada me falte aqui, como também na Guiné Bissau, mantendo a minha mãe e meus irmãos com o mínimo necessário. Ele também ajuda na manutenção de dois dos meus irmãos no Senegal, que estão estudando neste país. Eu espero poder voltar a Guiné Bissau, e assim contribuir para que no futuro não tenhamos que sair do nosso país para poder estudar. À minha mãe, Amália Pereira, mulher guerreira e batalhadora, lúcida e sensata, de pés no chão sempre... Mesmo com pouca escolaridade, ela soube a importância do estudo em um mundo regido por relações em que o capital prevalece perante os valores humanos. É ela que me aconselha a estudar cada vez mais, para que eu possa contribuir com minha família, povo e país.

A direção do Curso de História, pela competência com que sempre coordenou o curso; bem como a todos os professores e professoras que contribuíram com minha formação por todos estes anos que estive nas salas e corredores desta instituição. Aos meus professores e professoras, pelas aulas ministradas que estão eternizadas em minha mente. Eles me permitiram entender que qualquer ser humano possui a capacidade de fazer história, no sentido pleno da palavra. Eles também me permitiram dispor de uma visão crítica perante aquilo que nos rodeia.

Aos movimentos sociais negros brasileiros, pela coragem e persistência na incansável luta pela implantação de uma universidade pautada na solidariedade entre os povos lusófonos, bem como aos negros e negras, que tiveram seus direitos negados por tanto tempo. Esta conquista é também devida ao governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que no ano de 2010 implantou esta universidade. Eu sou muito grato a esta universidade, à UNILAB, por ter possibilitado as condições necessárias para que eu pudesse concluir o curso e realizar este trabalho.

Também sou grato à Noelma Mascarenhas e a Solange Carnaíba pela ajuda, paciência, disponibilidade, esforço e dedicação inenarrável em todo o processo de correção deste trabalho. Aos colegas de turma, que por razões de não correr riscos em omitir nomes, evitarei listá-los nestes agradecimentos. A todos e todas, os meus sinceros votos de agradecimento.

RESUMO

A região conhecida como Senegâmbia, principalmente sua parte Meridional, em que se encontram atualmente Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conakri e Serra Leoa, pode ser percebida como uma parte do continente que no período anterior às invasões europeias possuía economia e cultura pujantes, sobretudo entre os séculos XII e XVI. Esta região possuía avanços conhecidos em várias áreas, além do contato com outras regiões do continente, pautado nas trocas e migrações. Tais aspectos propiciaram realizações surpreendentes em relação às questões políticas e sociais. Tais questões deram a esta região uma preponderância em escala mundial, seja em relação ao comércio de escravos, ou através dos comerciantes mandingas que instituíram rotas de comércio de produtos diversos, a exemplo de espelhos, contas, sal, pólvora, tecidos, entre outros. Esta região teve a presença de europeus já no período posterior ao século XV, que pagavam impostos para os seus líderes. Com o advento das guerras “ditas étnicas”, os futa-fulas invadiram o Kaabu, por volta de 1840, gerando uma tensão interna no seio dos reinos mandingas, que temiam o desequilíbrio desta região. Este trabalho objetiva examinar as interpretações construídas pelos historiadores a respeito dos atores citados durante o período mencionado. O objetivo central deste trabalho é também analisar a forma como esses historiadores descreveram o processo de resistência e colaboração na atual Guiné-Bissau, que veio dar lugar a administração direta no período colonial. Nesta senda, este trabalho procura examinar as diferentes visões historiográficas a respeito dos líderes africanos que permeiam as consequências da “mudança de conjuntura geral” do continente, haja vista que estes foram impelidos a abandonar seus costumes, crenças, línguas e cultura, ou melhor, reinventa-los e adapta-los ao contexto vigente da época. O recorte temporal tem como delimitação as décadas de 1885 a 1943, momento em que ocorreu as primeiras tentativas de implementação da administração colonial, e que culminou com as guerras da pacificação e enfraquecimento das potências locais em detrimento das necessidades das potências coloniais, corroborando para a roedura do continente africano. Este trabalho também objetiva entender como diferentes historiadores, ao longo do tempo, perceberam e explicaram as relações dos processos de resistência e colaboração dos líderes nativos perante os contatos com outros povos, em especial os representantes das potências europeias, e de como eles compararam as reações dos líderes aos processos encetados após a imposição do poder colonial na atual Guiné Bissau. Este trabalho se baseia em revisão bibliográfica dos temas alusivos à história colonial da Senegâmbia e da Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Guiné-Bissau - Colonização. Guiné-Bissau - História - 1885-1943. Historiografia - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The region known as Senegambia, mainly its southern part, where Mauritania, Senegal, Gambia, Guinea-Bissau, Guinea-Conakri and Sierra Leone are currently located, can be seen as a part of the continent that in the period prior to the European invasions had a thriving economy and culture, especially between the 12th and 16th centuries. This region had known advances in several areas, in addition to contact with other regions of the continent, based on trade and migration. These aspects led to surprising achievements in relation to political and social issues. Such issues gave this region a preponderance on a world scale, either in relation to the slave trade, or through the Mandinka traders who established trade routes for various products, such as mirrors, beads, salt, gunpowder, fabrics, among others. This region had the presence of Europeans already in the period after the fifteenth century, who paid taxes for their leaders. With the advent of the "so-called ethnic" wars, the futa-fulas invaded the Kaabu, around 1840, generating an internal tension within the Mandinka kingdoms, which feared the imbalance of this region. This paper aims to examine the interpretations constructed by historians regarding the actors cited during the period mentioned. The central objective of this paper is also to analyze how these historians described the process of resistance and collaboration in present-day Guinea-Bissau, which gave rise to direct administration in the colonial period. Along these lines, this paper seeks to examine the different historiographical views of African leaders that permeate the consequences of the continent's "change in the general conjuncture", given that they were impelled to abandon their customs, beliefs, languages and culture, or rather, to reinvent them and adapt them to the current context of the time. The delimitation of the timeframe is the decades from 1885 to 1943, when the first attempts to implement the colonial administration took place, and which culminated in the wars of pacification and weakening of local powers to the detriment of the needs of the colonial powers, corroborating the rockiness of the African continent. This work also aims to understand how different historians, over time, have understood and explained the relationships of the processes of resistance and collaboration of native leaders in the face of contacts with other peoples, especially the representatives of European powers, and how they compared the reactions of leaders to the processes initiated after the imposition of colonial power in present-day Guinea Bissau. This work is based on a bibliographic review of the themes alluding to the colonial history of Senegambia and Guinea-Bissau.

Keywords: Guinea-Bissau - Colonization. Guinea-Bissau - History - 1885-1943. Historiography - Guinea-Bissau.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	I CAPÍTULO - SENEGÂMBIA: O TERRITÓRIO DA ATUAL GUINÉ-BISSAU SOB CONTROLE DOS LÍDERES NATIVOS	15
2.1	OCEANO ATLÂNTICO, POPULAÇÕES NATIVAS E SUAS ATIVIDADES	19
2.2	AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS QUE SURGEM DEPOIS DA CHEGADA DOS MANDINGAS NA SENEGÂMBIA	20
2.3	O ESTABELECIMENTO DO COMÉRCIO COM OS EUROPEUS NA REGIÃO DA SENEGÂMBIA	24
2.4	A CONQUISTA FULA DO IMPÉRIO DE KAABU	27
3	II CAPÍTULO - DOMINAÇÃO INDIRETA E POLÍTICAS COLONIAIS	29
3.1	A RESISTÊNCIA, E A “COLABORAÇÃO AFRICANA” NA REGIÃO DA SENEGÂMBIA (CASO DA ATUAL GUINÉ BISSAU)	37
3.2	A COLABORAÇÃO (CASO DA ATUAL GUINÉ BISSAU)	40
4	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

É desnecessário afirmar que, tantos anos após a constituição de um campo de estudos sobre a história da África e da Guiné-Bissau, ainda não há um trabalho de balanço historiográfico sobre os processos de resistência e acomodação durante as primeiras décadas da colonização portuguesa no que hoje nomeamos por Guiné-Bissau.¹ Este trabalho tem o propósito relevante em preencher esta lacuna da historiografia, fazendo o balanço das primeiras décadas da colonização portuguesa no que hoje nomeia-se Guiné-Bissau. A historiografia das relações entre povos locais e europeus, destacadamente as colaborações das autoridades políticas autóctones com os representantes das potências europeias (ou o que alguns autores intitulam por tratados), foi discutido por Uzoigwe (2010) como questões anteriores aos anos 1880. Este autor afirma a existência de acordos feitos no período anterior a realização da Conferência de Berlim, e que após este evento, estes (os acordos) serviram como balizas para a divisão do continente africano por parte das potências europeias.

Importa para esta questão, da realização da Conferência de Berlim, chamar a atenção a dois aspectos. Há uma historiografia, que não será discutida neste trabalho, que toma este evento como sendo aquele que efetivamente promoveu a posse das terras para os países europeus. Sobre esta questão, reflexo de uma análise naturalizada, o trabalho de Mendonça (2008), bem como o de Fage (1995) indica certa associação entre a realização do evento em questão e a colonização efetiva.²

Conforme M´Bokolo (2011), este é um daqueles eventos que são transformados em algo dotado de representações com símbolos maiores do que ele de fato possuiu. A Conferência, segundo ele, serviu para concertar os acordos entre as potências europeias, mas não foram estes que efetivamente deram a posse para àquelas. Foram necessárias guerras de ocupação, algumas das quais levadas a termo por muitos anos para garantir a submissão dos países então existentes na África. Além disso, o conceito de “Partilha da África”, que tem seu uso consagrado em muitos livros didáticos usados no Brasil, corrobora para a ideia de que imediatamente após a conferência, os potentados europeus tomaram posse das terras existentes na África. Entre a realização da Conferência, e o domínio dos espaços no

¹ Quando escrevo a expressão “no que hoje é a Guiné Bissau”, estou deixando claro que entendo os atuais países como invenções possíveis de serem compreendidas sob a História. Desnecessário afirmar que África, Guiné Bissau, ou mesmo Brasil são invenções, na mesma compreensão encetada por Said (2010), Muniz (1999) e Mudimbe (2013). Lima (2018) entabula as questões alusivas a este processo de invenção da África em um dos trabalhos publicados recentemente.

² O trabalho de Brunshwig (2004), a despeito de suas considerações inoportunas, mostra que a Conferência foi muito mais um concerto entre as potências, do que necessariamente aquilo que propiciou a colonização propriamente dita.

continente, houve um interregno razoável de tempo para isso. Na verdade, a Conferência de Berlim serviu para evitar a guerra entre as potências europeias, mas não efetivou a posse dos países então existentes na África.

Ainda sobre esta questão, no período anterior aos anos 1880 Uzoigwe (2010) afirma “Primeiramente houve aqueles [acordos] sobre o tráfico de escravos e o comércio, que foram fonte de conflitos e provocaram a intervenção política europeia nos assuntos africanos. Depois, vieram os tratados políticos, mediante os quais os dirigentes africanos ou eram levados a renunciar a sua soberania em troca de proteção, ou se comprometiam a não assinar nenhum tratado com outras nações europeias” (UZOIGWE, 2010 p. 35). Em suma, não houve uma posse tácita das terras após a conferência.

Ainda sobre o contexto pós Conferência de Berlim, houve alguns líderes africanos que não aceitaram ceder a sua soberania ao estrangeiro, conforme indica os trabalhos expostos no volume VII da coleção História Geral da África, especialmente os capítulos II (UZOIGWE, 2010), III (RANGER, 2010), IV (IBRAHIM, 2010), V (LARONI, 2010), VI (GUEYE; ADU BOAHEN, 2010), VII (MWANZI, 2010), VIII (ISAACMAN; VANSINA, 2010), IX (CHANAIWA, 2010) e X (ESOAVELOMANDROSO, 2010). Ainda sobre as resistências, é importante considerar que estas ocorreram sob diferentes perspectivas, das quais a combinação do uso das armas com a diplomacia, ou de cada uma destas de forma separada (WESSELING, 1998).

Nestes trabalhos acima citados (especialmente aqueles alusivos a coleção HGA) é possível observar a complexidade disposta na forma como os soberanos dos países africanos (existentes antes das invasões) reagiram e agiram. Neste termo, qualquer afirmação destituída de reflexão poderá ser tida como pura leviandade. Estes atos, de combinarem a luta aberta, sob força das armas, ou pelos caminhos da diplomacia, podem ser denominados como “resistência”, conforme sugere Paiva (2017). Neste aspecto, os europeus, mediante os óbices colocados por diferentes soberanos dos reinos então existentes na África, impuseram a força militar para que as resistências fossem vencidas, e com elas viessem à tona o contexto da submissão. Como exemplo pode-se apontar a derrota de Mamadou Lamine, na batalha de Touba-Kouta, em 1887, pondo fim ao Império Soninke, por ele fundado na Senegâmbia (UZOIGWE, 2010). Esta derrota abriu caminhos para a efetivação da colonização portuguesa no que hoje se nomeia Guiné Bissau, assim como em outras regiões do que também nomeamos hoje por África, conforme Uzoigwe.

Eis alguns dos aspectos que reforçam a relevância deste trabalho, e que se relaciona diretamente com o entendimento de como diferentes historiadores, ao longo do tempo,

perceberam e explicaram as relações entre os povos nativos do continente africano e os estrangeiros, ou dos comerciantes europeus ou mesmo das forças portuguesas que foram incumbidas da “missão” de “pacificação” do território do país em questão. Importa saber, neste contexto, os processos que propiciaram as propaladas “colaborações” e quais as táticas usadas pelos que optaram por mover as resistências contra os invasores.

Este trabalho possui diferentes motivações, sejam elas de cunho acadêmico, social, político, cultural ou mesmo de âmbito pessoal.³ É extremamente importante entender em que sentido era necessário a colaboração dos agentes, no caso dos desapontados com as lideranças nativas no processo da conquista, visto que muitas das vezes estes são alvos dos diversos sistemas de exploração, não só, mas também a colaboração das próprias autoridades políticas por alguns motivos que iremos tentar compreender no desenrolar deste trabalho. Além do mais, procurei alguns exemplos sobre a resistência das autoridades políticas “guineenses” frente aos administradores durante a colonização, e este trabalho visará compreender estes processos no espaço histórico em que eles se deram.

A presente monografia discute sobre as ações demonstradas pelas autoridades políticas africanas face ao processo do contexto colonial, uma hora utilizando vários métodos para fazer a imposição aos colonizadores no intuito de não ceder a sua autonomia, bem como a do seu povo que eles representavam. Por algumas razões, estes se aliam com os colonos para manutenção ou para a ampliação das suas hegemônias políticas e econômicas. Iremos tratar estes pontos com mais cuidado e pormenores nas entrelinhas abaixo. Cabe explanar que desde os primeiros contatos dos europeus e autoridades políticas das populações autóctones que emergem no solo atualmente conhecido como Guiné-Bissau, que se constituíram alguns acordos sob a forma de alianças no sentido de “colaborar”, ou de mover resistência, com o intuito de proteger os territórios por parte dos soberanos nativos. Este processo indicado como “colaboração” veio a auxiliar na administração efetiva dos territórios africanos pelas potências imperialistas europeias depois da famosa Conferência de Berlim (1884/85). Por outras palavras, esse processo, entre outros, foi uma das provas utilizadas para a ocupação administrativa no período posterior a realização desta conferência, no caso, a existência de laços entre “nativos” e europeus (COUTO, 2008; KI-ZERBO, 2010).

O trabalho está estruturado em duas partes: no primeiro examino como os diversos historiadores pensaram a construção do território da atual Guiné Bissau. Examino também

³ Minha atenção se voltou para os processos de resistência e acomodação ao estudar os processos coloniais na América sob dominação espanhola, com o professor Eric Brasil, na disciplina intitulada **História da América: Colonização e Resistência**, com 90 créditos.

quais autores consideraram importante compreender a formação do território guineense no quadro da Senegâmbia e da história regional, fugindo das limitações daqueles que se prenderem ao formato/engendramento dos Estados nacionais resultantes da colonização, em suas representações advindas do colonialismo.⁴ Neste sentido, examinarei também as questões que concernem ao contexto da antiga Região da Senegâmbia, em especial, da sua parte Meridional. Também apresento como pressuposto, para o entendimento da construção do território/nação/estado as questões relacionadas com a proximidade linguística e cultural, bem como a experiência histórica comum de longa duração dos povos emergentes na região em questão. Portanto, terei que buscar responder três perguntas: quais seriam as características apontadas por esses autores para essa experiência histórica comum? Seria precisamente esta a explicação em termos de influências locais, sahelianas e atlânticas? Nesse caso, quais os principais atores sociais que eles identificam, ligados a cada etapa destas transformações?

Ressalto ainda que no primeiro capítulo examinei como os diversos historiadores pensaram a construção do território, no que concerne a tese consensual de que as fronteiras físicas da Senegâmbia (e da Guiné-Bissau no âmbito desta) foram conformadas por influências locais, do Sahel (mandingas e fulas) e atlânticas (portugueses principalmente). Além disto, observam-se a estes contextos os aspectos da chegada dos mandingas ao território em questão, além do estabelecimento do comércio com os europeus, bem como as questões relacionadas com a conquista fula. Portanto, entabulei questões sobre os aspectos condizentes com os povos que viviam na região antes da chegada dos mandingas.

Para tal questão, necessitei me debruçar sobre o trabalho de Wondji (2010), cujo título “os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné”; que está publicado no volume V da coleção História Geral da África, intitulado “África do século XVI ao XVIII”. O artigo de Lopes (1990), intitulado “O Kaabu e seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos”, também foi importante para elucidar questões colocadas neste trabalho.

O artigo de Barry (1990), cujo título “A Senegâmbia do século XV ao século XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia”, publicado na Revista **Soronda**, discute excelentes questões sobre os caminhos a serem percorridos como forma de resolver os problemas colocados nesta monografia. Também o artigo de Ribeiro (1989), que tem como

⁴ Sobre esta questão, da construção dos Estados nacionais, não creio que tenha havido uma simples transposição das fronteiras coloniais para os atuais países. É certo que se as lideranças das independências tomaram as fronteiras como referências, os contextos diversos, em suas diferentes especificidades, trouxeram aspectos eivados de negociações e conflitos, que podem elucidar o fato de que a Guiné Bissau, ou mesmo qualquer outro país africano, não é uma simples transposição do colonialismo. Há questões alusivas as ressignificações, dentre outros aspectos. Sobre a construção do estado nacional guineense, ver: Augel (2007); Teixeira (2015).

título “A articulação histórica dos povos da Senegâmbia pré-colonial (os crioulos como embrião da Nação guineense)”, traz excelentes reflexões para pensar os contextos enfatizados pelas interrogações entabulado neste capítulo. Estes trabalhos aqui citados trouxeram como perspectivas os debates em torno das tradições orais como fonte, combinadas em muitos casos com os achados da Arqueologia, além de revisões bibliográficas pautadas em outros pontos de vista com repertórios conceituais diferentes dos que estamos acostumados a ver.

No segundo capítulo pude entabular duas discussões: a primeira, sobre “dominação indireta” e políticas coloniais de modo mais geral; e em seguida sobre o que nomeamos por “resistências africanas”. Sobre estas questões procuro examinar a contrapartida, as ditas “colaborações” dos africanos perante o cenário político do contexto vigente. O trabalho de Betts (2010), intitulado “A dominação europeia: métodos e instituições”, publicado no volume VII da Coleção História Geral da África, traz reflexões sobre estas questões colocadas sobre a colonização no continente africano. O trabalho de Rodney (2010), intitulado “A economia colonial: métodos e instituições”, publicado no mesmo volume, e o volume I do livro de Elikia M'Bokolo (2009), intitulado “**África negra: história e civilizações**”, contribuíram para elucidar dúvidas que foram colocadas como questão de pesquisa para nortear este trabalho.

E por fim, o artigo de Mazrui (2010), intitulado “Procurai primeiramente o reino político...”; publicado no volume VIII da coleção da História Geral da África, no volume nomeado por “**África desde 1935**”, traz preciosas luzes sobre aspectos presentes no contexto que discuti neste segundo capítulo. Pélissier (2001) também contribui para o entendimento das discussões aqui encetadas, por trazer dados alusivos a este período. Estes são alguns dos principais autores que o leitor irá encontrar ao longo destas páginas, com o intuito não apenas de responder as questões colocadas, mas também de contribuir com o processo de entendimento da história desta parte do continente africano, especialmente do que estou indicando como a “Guiné Bissau colonial”, ou seja, aquela então existente antes da conquista da independência. É importante superar os traumas impostos pelo período e iniciar as reflexões que nos levarão ao bom termo. Nada de ficar tecendo panos do sofrimento, e fios do desespero. Há muito que se fazer, e Guiné Bissau aguarda pelos seus melhores filhos para retomar os tempos de grandeza para seus povos. Espero que o leitor aprecie o trabalho, e que o aproveite para outros daqui derivados. Boa leitura!

2 I CAPÍTULO - SENEGÂMBIA: O TERRITÓRIO DA ATUAL GUINÉ-BISSAU SOB CONTROLE DOS LÍDERES NATIVOS

O primeiro capítulo tem como norte examinar como os diversos historiadores pensaram a construção do território da Senegâmbia (e da Guiné-Bissau no seu interior) e de como este foi conformado por influências locais, do Sahel (mandingas e fulas) e atlânticas (portugueses principalmente). A atual Guiné-Bissau é parte de um dos territórios africanos de onde emergiram vários reinos, a exemplo de **Bassarel**, que pertencia aos povos conhecidos como papéis, mandjakos e burames (RIBEIRO, 1989) dentre outros. No tocante a impérios, ressalte-se que o mais famoso é o Kaabu, que possui maior bibliografia (e, por conseguinte, visibilidade) e foi objeto de mais análises, quando comparados aos demais.⁵

Este império em questão, o Kaabu, teve sua origem no século XIII, fundado pelos guerreiros mandingas vindos do Mali, liderado por Tiramakhan Traoré. O Kaabu englobava as duas atuais regiões da província do Leste do Império do Mali, que foi instalado como província, sob administração do Mali. Mais tarde, no século XV, ganhou autonomia e passou para a condição de império, ao conquistar outros reinos menores. No século XIX, num episódio bem lembrado por muitos guineenses como “batalha de Kansala”, foi levado à submissão ao Império Fula, que teve sua hegemonia e influência propagada para outros reinos da Guiné até finais do século XIX e começo do XX (VIRGINIO, 2017).

O ano de 1446 é marcado pela chegada das caravanas dos comerciantes e demais agentes portugueses sob o comando do Nuno Tristão. Além do mais, outro fato histórico marcante foi a instalação da primeira feitoria na região de Cacheu em 1588. Desde a instalação desta feitoria, até 1879, a Guiné era província de Cabo Verde, e posteriormente ganhou autonomia. Contudo, após a Conferência de Berlim realizada em 1884/85, os portugueses visando controle da região dominam este território, obrigando seus povos ao trabalho forçado e pagamento de impostos, conforme cita o autor abaixo:

Entre 1882-1936, tem lugar as chamadas campanhas de <<pacificação>>. As forças portuguesas organizaram numerosas campanhas de índole militar, o objetivo de todas elas foi o de ocuparem efetivamente todo o território guineense, mediante a submissão das populações locais e a cobrança do imposto de palhota”, campanhas essas que só ganharam o seu sentido completo com “inverteu de raiz com as campanhas de Teixeira Pinto (1913,1914 e 1915) (...) verdadeiramente pacificada da submissão do régulo de canhabaque (SILVA; SANTOS, 2014, p. 31-32).

⁵ Sobre o Kaabu, ver: Lopes, 2005.

Em 1960, após as mudanças na política internacional e os constantes movimentos de emancipação existentes no continente africano, houve um processo de descolonização destes países, que passaram a mover diferentes tipos de pressão contra suas metrópoles. Portugal possuía cinco colônias (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e não queria cedê-las para a independência, contrariando o contexto político criado. Mediante esse fato, teve início movimentos nacionais em prol da libertação destas cinco colônias. No caso da Guiné Bissau em particular, o partido que tomou a iniciativa desta tarefa foi o PAIGC - Partido da Independência da Guiné e Cabo-Verde. Conforme a história oficial deste partido, o PAIGC foi fundado em 19 de setembro de 1956, por seu mentor e líder Amílcar Lopes Cabral, em conjunto com outros camaradas guineenses e cabo-verdianos. O PAIGC tinha como objetivo principal levar avante a libertação da Guiné e Cabo Verde, e uma união entre esses países irmãos. A partir deste ponto começou a luta do PAIGC contra o colonialismo português.

Contudo, antes de aludir aos aspectos concernentes a independência, vale examinar as narrações que os diferentes historiadores fizeram a respeito dos benefícios que a “colaboração” possibilitou para as duas partes (nativa e colonial) existentes na Guiné Bissau, tanto em termos negativos como positivos. Por outro lado, também importa discutir como estes historiadores classificaram as resistências que os povos autóctones demonstraram durante a invasão e a conquista das suas terras. E por último, os impactos que esses processos deixaram em termos de marcos históricos, tanto cultural, político, social, econômico, religioso e comercial. O que ocorreu com as sociedades africanas, principalmente na África Ocidental, bem como na atual República da Guiné Bissau, sobre a qual esta pesquisa foi realizada, e que fazia parte da região da Senegâmbia meridional como mencionado por Barry (1990). Nesta região, também pode se perceber a existência do fenômeno econômico, político, cultural, religioso entre outros, já bem desenvolvido desde o século XII e XV, conforme análise de Ribeiro (1989) nas entrelinhas a seguir.

A região da Senegâmbia Meridional era uma coligação de reinos, em que ocorria sucessão constante da dominação e controle de um sob todos. Nesta região estão localizados vários Estados da atual configuração geográfica, dos quais a Guiné Bissau. Este país teve em seu solo um dos reinos que outrora estabeleceu hegemonia sob os demais, e que durante muito tempo estabeleceu o predomínio político na região. O Reino de Kaabu conseguiu por um bom tempo impor a sua hegemonia e controlar a região, conforme indicam os trabalhos de Ribeiro (1989), Barry (1990), Lopes (1990) e Wondji (2010). Este trabalho se justifica por entender como diferentes historiadores, ao longo do tempo, perceberam e explicaram essas relações

entre os povos autóctones, comerciantes e os agentes portugueses. Em outras palavras, este trabalho objetiva discutir como os historiadores analisaram as diferentes atitudes das autoridades políticas autóctenes perante os contatos com os europeus, aos contextos em que foram obrigados a adaptar-se às suas ações sócio-culturais.

Pode-se compreender a atual sociedade guineense, na sua composição sócio-linguístico, sócio-cultural, sócio-político e sócio-histórico, sem fazer uma contextualização histórica da atual sub-região, ou a antiga região denominada Senegâmbia? Eventualmente que torna difícil compreendê-la sem fazer uma análise histórica, que perpassa a historiografia da região da Senegâmbia. Além do mais, é importante examinarmos os historiadores que consideram importante compreender a formação do território no quadro da Senegâmbia e da história regional, e não apenas no quadro dos Estados nacionais resultantes da colonização, como se estes fossem destituídos de história.

Boubacar Barry, historiador senegalês, argumenta que é impossível fazer a análise dos países atualmente existentes, em sua configuração contemporânea, sem levar em conta a história da região em que antes estavam inseridos. Em outras palavras, os regimes de historicidade em que estavam imersos, exigem que se leve em conta os processos anteriores do estabelecimento das atuais fronteiras. Estas, em certo sentido, não são suficientes para demarcar as balizas temporais, em que estes povos agiram, reagiram, negociaram, combateram, venceram ou perderam. É importante estabelecer outro recorte territorial para compreender as atuais configurações, sob pena de cairmos no que Marshall (2018) nomeia por prisioneiros dos mapas. Barry, portanto, estabelece uma compreensão dos atuais países a partir da análise dos fatos da história da sub-região no decorrer do tempo, em uma perspectiva da unificação imprescindível dos atuais Estados que compreendem a região da Senegâmbia (BARRY, 1990).

Ribeiro (1989), historiador guineense, também faz sua análise para além das fronteiras atualmente existentes no continente africano. Para ele, a África subsariana, no que concerne à política, economia e cultura entre os séculos XII e XVI tinha conhecido um desenvolvimento em todas as suas regiões, sobretudo devido aos contatos, trocas e migração de pessoas das mais diferentes regiões. Para Ribeiro, tais fatos propiciaram a esta região em que a Guiné Bissau está inserida, realizações surpreendentes em termos de questões políticas e sociais, corroborando para êxitos desta região em escala mundial.

Christophe Wondji, contudo, além de reforçar os argumentos anteriormente entabulados por Barry e Ribeiro, também demonstra a importância da análise dos atuais países no âmbito da formação da região da Senegâmbia e da história regional. Ele parte quase

do mesmo pressuposto dos dois autores citados, uma vez que faz análise para além das conjunturas adstritas aos atuais Estados nacionais. Wondji analisa a conjuntura regional anterior às atuais configurações, trazendo dados concernentes aos atuais deslocamentos terrestres ou marítimos, além de discorrer sobre os aspectos alusivos a proximidade lingüística existente entre os povos da região. Neste item, toma como exemplo o caso dos Felupes e Jola, que vivem apartados nas fronteiras dos atuais Senegal e Guiné Bissau. Estes, por assim dizer, representam apenas uma parte dos muitos exemplos possíveis de serem indicados. Esta questão ganha maior complexidade ao observar que algumas línguas tiveram a mesma origem, melhor dizendo, fazem parte do mesmo tronco lingüístico, constituindo-se em diversas ramificações do mesmo sentido. A este aspecto, ressalte-se o fato de muitos estudiosos não terem o devido conhecimento das diferenças culturais dos povos da Senegâmbia, bem como das suas proximidades. Práticas e costumes, enquanto elementos presentes nesta constituição, integram o grande repertório construído pelos homens e mulheres das diferentes regiões da África, e as relações da História com a Linguística trazem a tona a riqueza presente nesta historiografia construída no contexto pós-independências (KI-ZERBO, 2002; OBENGA, 2010; DIAGNE, 2010; KI-ZERBO, 2010; OLDEROGGE, 2010; GREENBERG, 2010; DALBY, 2010).

Caso o leitor tenha o prazer de compulsar qualquer uma das várias edições que dão conta da epopeia de Sundjata, irá constatar que as sociedades ao sul do Sahel possuíam semelhanças, e em alguns casos aproximações, em termos de política, organização social, política, econômica e religiosa. Ainda sobre Sundjata, ressalte-se o belo trabalho feito por Djibril Tamsir Niane, que contribuiu para difundir algumas das versões que até então eram transmitidas através das tradições orais (NIANE, 1960).⁶ As semelhanças existentes entre estas sociedades não me permite nomeá-las como sendo dotadas de uma igualdade em termos políticos, econômicos ou sociais, mas que as mesmas possuem fatores históricos parecidos. Sobre este aspecto, Ly-Tall (2010), assim como outros aqui citados, nos adverte a respeito das imposições estabelecidas pelo Império do Mali ao longo da região do Sahel, principalmente no período compreendido entre os séculos XII ao XVI. É importante frisar que o Império do Mali, nesta região, conseguiu estender suas influências em quase toda Senegâmbia, notadamente os aspectos relacionados ao sistema político e comercial. Estas influências foram

⁶ A epopeia mandinga não deixa nada a dever para nenhuma que tenha os gregos como protagonistas. Sundjata teve sua história quadrinizada por um dos maiores quadrinistas conhecidos dos EUA, no caso Will Eisner. A versão da epopeia de Sundjata através dos quadrinhos deste grande mestre pode ser vista em português numa edição lançada pela Cia das Letras. Ver: EISNER, Will. **Sundiata. Uma lenda africana. O leão do Mali**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

levadas a termo pelos mandem (ou mandingas), que podem ser apontados como os principais construtores deste império. A questão do comércio, entretanto, ia além das fronteiras mandem, pois outros povos convertidos ao islamismo também corroboraram para o estabelecimento desta prática pela região. Há que se considerar, neste aspecto, que ainda hoje o comércio é algo bastante presente nesta região, a ponto de nos dias atuais existir grupos de mulheres que saem da Guiné Bissau em direção a diferentes partes do mundo, em busca de produtos para serem revendidos no país, conforme atesta o trabalho de Vaz e Hita (2018).

Como forma de dar prosseguimento a esta análise, iremos agora observar algumas questões alusivas aos aspectos que propiciaram a integração destes povos no que estou nomeando por Senegâmbia. A seguir veremos as interações entre o Atlântico e as atividades desenvolvidas pelos povos a sua margem.

2.1 OCEANO ATLÂNTICO, POPULAÇÕES NATIVAS E SUAS ATIVIDADES

O entendimento dos povos aqui nomeados por “autóctones”, que outrora compunham a Senegâmbia Meridional e que agora fazem parte da atual República da Guiné-Bissau, não pode prescindir das reflexões relacionadas aos aspectos voltados ao Atlântico. Foram estes povos os primeiros a serem contatados pelos europeus, quando da chegada destes no que hoje nomeamos por África, conforme as análises encetadas por Ribeiro (1989), Barry (1990), Lopes (1990) e Wondji (2010).

Lopes, ao abordar sobre o substrato populacional local antes da chegada dos mandingas, frisa que durante um determinado momento do período pré-mandinga, conforme Niane (1960), podia-se constatar a existência das seguintes tradições dos respectivos povos: bainuk, balanta, byafada e brame. Ele frisa ainda que estes povos, desenvolveram rizicultura de água salgada, e também já possuíam as técnicas de domesticação de animais, em um período bem anterior ao momento em que ocorreram os contatos com os europeus (LOPES, 1990). Tais questões, longe de se constituírem em mero devaneio diletante, são importantes pelo fato de irem contra o que está consagrado em certa historiografia há muito difundida que indica ser a agricultura e a domesticação de animais processos exógenos ao continente africano, conforme aponta M´Bokolo (2009) e Ki-Zerbo (2002)

Boubacar Barry, ao debruçar-se sobre os povos em questão, não procede como os dois autores citados anteriormente, uma vez que não discorre sobre os períodos anteriores à chegada dos mandingas. Contudo, indica aspectos sobre a presença dos povos wolof, fula, tuculor, mandinga, serere, berbere, susu, jola, nalú, baga, biafada e banhum (BARRY, 1990).

Sobre este aspecto, Barry se utiliza dos repertórios teórico-metodológicos da História Oral para compreender os contextos culturais existentes entre os povos instalados nas margens dos rios da Guiné e de Serra Leoa, como forma de desvendar melhor entender os processos históricos. Barry estabelece o século XII como marco para suas pesquisas, enveredando na busca de evidências históricas a partir das fontes orais nas atuais Casamance, Gâmbia e Guiné Bissau, nos primórdios da expansão mande em direção ao oceano Atlântico. Este período é conhecido na historiografia como da “colonização agrícola”, e que está compreendida entre os fins do século XII ao início do século XIII, conforme enfatiza Wondji. Este afirma que os mandem se deparam com os povos bainuk e balanta, além dos clãs fati e sane, que integravam o Kaabu.

Ora, aqui se pode destacar o fato de que antes da chegada dos mandingas há dinâmicas que estão presentes entre os povos que já residiam nesta região, e que confirma a necessidade de estabelecer outros paradigmas, além daquele que coloca o europeu como o marco inicial de toda e qualquer pesquisa. Este período é conhecido como de primeira colonização dos atuais territórios de Gâmbia e Serra Leoa, perpetrado pelos Mande, vindos do império de Mali. Este grupo, de ímpeto conquistador, era composto por guerreiros, comerciantes, caçadores, artesãos e escravos. Os fenômenos da miscigenação já se encontram presentes nos processos de formação destes povos, bem antes da chegada dos europeus (WONDJI, 2010).

Neste aspecto, importa agora observar os elementos presentes no processo posterior a chegada dos mandingas na Senegâmbia. Estas questões nos permitirão perceber os contextos de reconfiguração cultural, e de diferentes engendramentos identitários presentes nos processos em questão.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS QUE SURGEM DEPOIS DA CHEGADA DOS MANDINGAS NA SENEGÂMBIA

Ao chegarem à região da Senegâmbia meridional os mandingas provocaram mudanças diversas nas diferentes sociedades até então existentes, sobretudo no que diz respeito às estruturas sociais. Estes movimentos, contrariando as representações que empurraram o continente africano para o lugar da ausência de movimentos ou de transformações, sugerem outras dinâmicas para esta região, que em hipótese alguma pode ser considerada como destituída de valores civilizacionais. A seguir, veremos algumas posições colocadas por aqueles que se debruçaram sobre estas questões.

Para Lopes (1990), a influência malinquê nesta região da Senegâmbia meridional vai desde os ornamentos usados por parte significativa dos povos, passando pelas roupas e línguas, além de outras particularidades da vida doméstica, a exemplo dos hábitos alimentares, formas de construir casas, além da religião e das estruturas de poder. O crioulo guineense,⁷ aqui referido desta maneira por força de uma vertente da historiografia, sofre forte influência da língua malinquê. Há que se considerar também a influência da linhagem matrilinear no âmbito do complexo do Império de Kaabu, e também dos estados vizinhos de influência mandinga (LOPES, 1990)

Boubacar Barry também define a Senegâmbia como ponto de encontro dos vários povos, e das diversas influências que integram um verdadeiro mosaico cultural. Influências provenientes das savanas, do Saara, das florestas e do Atlântico podem indicar a multiplicidade de práticas e costumes que constituem a região, e isto, no dizer de Barry, se percebe desde os séculos XII a XVI:

(...) os rios Senegal e Gâmbia e os múltiplos rios até Kolente desempenham um papel essencial na integração desta finisterra nas redes econômicas da África Ocidental, inteiramente viradas para norte do Saara para leste através da curva Níger e para sul através da Floresta (BARRY, 1990, p. 09).

Igualmente Wondji (2010), ao discorrer sobre a Senegâmbia Meridional (Casamansa e Guiné Bissau), toma como apoio as afirmações feitas por Alvise Cadamosto e V. Fernandes. Estes, ao que lhe parece, indicam a presença dos povos na região, em períodos anteriores à chegada dos portugueses. Segundo Wondji (2010), os dois viajantes citados mencionam os povos bainuk ou banyun, originários do leste e que demarcaram sua presença nesta região desde o século XIV. Ainda com base nos dois viajantes, Wondji discorre sobre os jaalo, originários do sul (Rio Cachéu) no século XV, e os balantas, originários de leste. Estes são os três grandes povos que já se encontravam neste espaço, e a partir deles surgiriam outros povos que hoje habitam a Senegâmbia. Wondji também menciona os mandem e os fulbe, que são originários de Macina (WONDJI, 2010).

⁷ Há polêmicas em torno da definição do nome da língua “crioulo guineense”. Os trabalhos de Haugen e Intepe, afirmam que a categoria “crioulo”, para definir as línguas que surgem como corruptela de outra, não se constitui em algo profícuo, e que permita o entendimento das dinâmicas desta língua que é falada por aproximados dois terços dos povos de toda a Guiné Bissau. Para estes autores, o que se nomeia por “crioulo guineense”, na verdade deveria ter outra definição, pois esta língua não é uma corrupção de outra, no caso, o português, mas do contato das mais diversas existentes neste território cultural. Aqui, sem grandes dificuldades, poderíamos listar pelo menos vinte línguas que são faladas em solo guineense. Portanto, o “crioulo guineense” é uma língua surgida a partir do contato de várias, e não da corrupção do português.

De forma semelhante, Wondji discorre sobre os povos da Guiné Conacri e Serra Leoa. Para a Guiné Conacri, ele afirma que seus primeiros habitantes provinham de Serra Leoa, e que estes seriam os povos limba, habitantes dos Scarcies, seguidos dos temnes e os bagas, ambos originários do norte. Os temnes, por sua vez, percorreram o Senegal e as montanhas de Futa Djalón, ao passo que os kissi e os bulom se encontram desde o vale do Níger até sua nascente. Sobre esta questão, ressalta-se que os joola são originários do Sul do Rio de Cacheu, e os balantas vieram do Leste. Ainda conforme Wondji, estes povos chegaram ao território em questão bem antes dos bainuk, e dos mandem. Estes dados sugerem que as primeiras composições entre estes povos é anterior a presença mande e a invasão destes no território em questão pode também sugerir que houve uma aliança contra os invasores, o que se confirma em algumas tradições orais ainda existentes na região. O combate aos mande, então invasores, propiciou a união dos povos já estabelecidos, para combater os inimigos em comum. Estas guerras ocorrem entre os séculos XIII ao XVI.

Wondji recorda que o apogeu do tráfico Atlântico também motivou a miscigenação de povos das atuais Casamansa e Guiné-Bissau, e que esta seria decorrente da necessidade que tinham para unir forças contra os mandem, organizados no Império de Kaabu (WONDJI, 2010). Os povos que a caravana da conquista Mandinga do Tiramakhan Traoré encontrou nos territórios em que posteriormente se ergueu o Império de Kaabu, durante um longo período, foram governados pelos nyantio, que não eram muçulmanos e sequer possuíam estruturais sociais iguais as que existem no Império de Mali. Entretanto, os invasores impuseram suas influências aos povos conquistados.

No Império Kaabu houve um desenvolvimento nos circuitos comerciais voltados para a costa transaariana, decorrente dos produtos locais que eram apreciados nestas rotas. A este respeito se observa o comércio de escravos, que já constituía uma “mercadoria atrativa” para estas rotas (LOPES, 1990). Lopes, ao entabular a discussão bibliográfica sobre este tema, analisou o trabalho do arqueólogo Jean Girard, que iniciou seu trabalho a partir das muitas tradições orais existentes na região para compreender as dinâmicas e processos existentes na história do Império do Kaabu. Aqui pode-se abrir uma questão para indicar o quão profícuo tem sido as conjugações entre a Arqueologia e as tradições orais (ISKANDER, 2010; VANSINA, 2010; HAMPATE BA, 2010; CONNAH, 2013). Ambas, conforme Ki-Zerbo (2002), têm sido aliadas de primeira grandeza para trazer a tona questões diversas sobre o passado dos povos do continente africano. Outros autores, como Hampate Bá (2010) e Jan Vansina (2010) mostram o quanto as tradições orais se constituem em verdadeiros acervos sobre o passado dos povos africanos.

Retornando ao debate sobre as influências do Império do Mali na Senegâmbia, Lopes discorre sobre a conjuntura social baseada na pirâmide que se instalou no Kaabu após a conquista que este empreendeu aos povos da região. Estes, ao longo dos territórios e províncias subjugados pelo Kaabu, eram obrigados a pagar tributos em troca da defesa prestada pelos militares, o que de certa forma propiciou o recrudescimento do comércio de escravos. A questão residia no fato de que, a partir do momento em que o comércio ganhava força, com ele também crescia a necessidade da defesa dos mercadores de escravos, o que provocou o aumento da influência do Kaabu na região (LOPES, 1990).

Alguns povos cederam parte da sua soberania para a uma única força representante que mais tarde sofre a queda, a exemplo do reino de Bassarel, que entra em decadência por conta dos contextos expostos. Os povos que repartiram a sua soberania e formaram uma coligação, como forma de empreender sua defesa, foram os papeis, mandjakos e burames. Devido a esse caos e mal-entendido político, pequenos chefiados decidiram emancipar-se. Neste sentido, o reino dos mandjakos juntou-se com os papeis e burames constituindo um grupo étno-linguístico e político que se conformava em Bassarel. Esta era a unidade em que estes povos se reuniam para a tomada de qualquer decisão (RIBEIRO, 1989).

A permanência do tráfico negreiro ao longo do século XVIII e parte do século XIX, em grande modo, determinou um deslocamento progressivo dos Estados e da sociedade da Senegâmbia. E esta região, de uma forma constante, tinha exportado por volta de 8000 escravos a cada ano, a despeito de existir dificuldades no tocante ao cálculo dos montantes das operações comerciais de escravos, conforme M´Bokolo (2009). A ruína do comércio dos escravos nas sociedades do litoral Atlântico, bem como as do interior residia também no comércio da borracha, mais ao norte, por meio do Rio Senegal, que facilitou a fixação dos Berberes no círculo atlântico e, ao mesmo tempo, o domínio dos emirados do Trarza e do Brakna na Senegâmbia setentrional. Outro aspecto relevante a considerar é que com tráfico Atlântico foi possível à instituição nos rios do sul da Senegâmbia às famílias dos negreiros, bem como foram utilizados os escravos em grande medida com o intuito da produção dos alimentos para fornecimento dos navios negreiros (BARRY, 1990).

O impedimento das sociedades camponesas, a fim de dedicar-se plenamente à segurança da produção dos alimentos, consiste na existência dos conflitos internos vinculados ao tráfico negreiro. Por tal razão, tinha diminuído a produção agrícola que se agravou através de inúmeras catástrofes da natureza que faziam sulcos na História da Senegâmbia. Com efeito, isso propiciou as condições para que os potentados europeus pudessem, mais uma vez, se apropriar das matérias primas da região, corroborando para o financiamento de sua

revolução industrial. Em virtude disso, houve retrocesso em todas as áreas, sobretudo na produção de ferro e de tecidos de algodão. Além do mais, a região da Senegâmbia foi enfraquecida de forma interna por meio do tráfico Atlântico, desencadeando a perpetuação da violência entre Estados e no interior destes (BARRY, 1990).

Sobre a economia, neste aspecto, podem-se observar alguns produtos que diversos povos da região em questão cultivavam para sua sobrevivência e comercialização, conforme indica Wondji (2010). Rizicultura, extração do sal, sorgo, além da produção artesanal de tecidos de algodão, ou da mineração do ferro e outros metais são alguns destes ramos descritos por Wondji. Este ainda discorre sobre o eixo do Níger até à região da floresta, onde os julas trocavam sal, cobre, tecidos de algodão e peixe pela noz-de-cola e, às vezes, pelo azeite de dendê (WONDJI, 2010). Estas práticas mostram, portanto, intensas relações de comércio e de produção, que de alguma forma poderia propiciar a estes povos caminhos que lhes permitissem um desenvolvimento e progresso material. Entretanto, os interesses europeus agora não mais se pautavam no tráfico de escravos. Veremos a seguir como este processo reverberou em novas dinâmicas.

2.3 O ESTABELECIMENTO DO COMÉRCIO COM OS EUROPEUS NA REGIÃO DA SENEGÂMBIA

No que concerne à política, economia e cultura, esta região conheceu entre os séculos XII e XVI, um intenso desenvolvimento, baseado nos contatos, às trocas e à migração. Tais fatos propiciaram realizações surpreendentes no tocante às questões políticas e sociais que levaram esta região a um desenvolvimento vertiginoso e em escala mundial (RIBEIRO 1989). Carreira, citado por Lopes, disse “virtualmente eles (...) Viviam sob o domínio mandinga, pelo menos no espaço cultural e, em menor grau, política”. Lopes contesta esta afirmação e postula, “Carreira parece esquecer que não existe domínio cultural sem político e econômico” (LOPES, 2005, p. 22). Mediante a isso, ainda se referindo aos contextos dos povos da região assiste-se a outra invasão exterior, e que não pode-se de hipótese alguma deixar de lado quando a questão é a sociedade da referida região. A presença dos novos atores é demarcada como fato histórico relevante dentro da historiografia da região em questão. O apogeu do comércio europeu no Atlântico deu lugar a novas categorias sociais: mestiços, crioulos, tangomãos, kristons, grumetes, lançados, donas, dentre outros grupos surgidos sob o advento do tráfico Atlântico, especialmente entre os séculos XVII e XVIII. Eles serviam de

intermediários entre os navios europeus e as sociedades africanas do interior, conforme Wondji (2010).

Conforme Lopes, após a presença acima aludida, o impacto impôs o surgimento destes grupos sociais: os lançados, afro-portugueses, cabo-verdianos e grumetes. Indica também o autor sobre o aparecimento das praças-fortes na costa dos Rios de Guiné, o que para ele este sim seria um fato ameaçador ao poder de Kaabu. Neste ponto, Lopes analisa a obra do historiador René Pélissier (LOPES, 1990).

Entre os séculos XV e XVI os portugueses, de uma forma progressiva, desviaram o comércio que se fazia no interior para a costa; e com isso, interferem no controle da região, posto que se até o momento fossem partes de um comércio que não controlavam, doravante acumulavam forças no sentido de deter o domínio do contexto, em virtude do seu estreito vínculo no que diz respeito à exploração das ilhas de Cabo-Verde. Deste modo, ao transferir o comércio para a costa, os portugueses vão gradativamente controlar a própria Senegâmbia. Portanto, tanto o comércio do ouro quanto o de marfim e dos escravos tiveram profundas mudanças na conjuntura política e social na Senegâmbia. E, nesse momento, havia abertura para a fachada atlântica e, concomitantemente, o reino do Kaabu saiu do jugo do reino de Mali e virou principal potência política, dominando os planaltos do Futa Jalon e os rios do sul, onde as populações que viviam na zona litoral foram empobrecidas pelos portugueses (BARRY, 1990).

Com a chegada dos ingleses, holandeses e franceses, os portugueses rapidamente perderam o seu monopólio, repartindo desta forma a costa da Senegâmbia para que pudessem responder, através da zona de influência, as necessidades de mão de obra escrava do comércio atlântico. Desta forma, na segunda metade do século XVII, o tráfico Atlântico tinha virado a comercialização da colônia, integrando os vínculos do domínio entre a Europa, a África e a América. Diante disso, a África e, conseqüentemente, a região da Senegâmbia desempenhou um papel vulnerável. E o centro europeu beneficiou-se com isso.

O movimento marabú foi desencadeado tanto pela violação de tráfico Atlântico como pela exploração de mão de obra escrava no final do século XVII; ademais, o controle em relação ao comércio no Rio Senegal produz, por meio da feitoria da França de Saint – Louis, grande efeito nesse domínio. O movimento em questão, cujo motivador declarava guerra santa como forma de salvar a sociedade berbere que foi destruída, seja pela relevância do comércio atlântico, seja pelo domínio dos guerreiros Hassane. Este movimento era incentivado por Nasir Al Din. O movimento marabú teve o seu triunfo em 1673 por todo vale do rio Senegal e, em 1677, foi derrotado através das alianças de aristocracias tanto do Waalo,

como do Fuuta Tooro e do Kaajor, e também por meio dos guerreiros Hassane que foram apoiados através da feitoria de Saint-Louis.

Com esta derrota, houve o triunfo do comércio atlântico e a continuidade do tráfico dito negreiro. Tal fato acirra mais o contraste entre as massas camponesas e as aristocracias militares. Neste sentido, o islã transformou-se em uma corrente que opunha o poder absoluto das aristocracias solidárias ao comércio atlântico, que por sua vez teve como predomínio o tráfico de pessoas como principal mercadoria (BARRY, 1990). Em meio a este contexto de avanço do islã, os portugueses também crescem no contexto através da expansão marítima, conforme indica Wondji: “os lusitanos, em busca de ouro e de especiarias (...) a lenda deste ouro assombrara a Europa e a posse dele era necessário para a compra de especiarias e dos produtos do Oriente, muito valorizados nos mercados europeus” (WONDJI, 2010, p. 455).

Igualmente, a política da região teve como palco os vários líderes dos povos espalhados na vasta Senegâmbia meridional. Estes impuseram as suas influências com fins de obtenção da hegemonia, ora no comércio, ora no controle das trocas comerciais em diferentes centros ou pontos como forma de colocar a sua autoridade sobre os demais povos em que estes influíam. Nesta ordem de ideias, tanto o comércio do ouro quanto o de marfim e dos escravos sofreram profundas mudanças na conjuntura política e social na Senegâmbia. Aqui se percebe que o comércio corroborou para a transformação no seio da política, posto que a conjugação dos fatores expostos fez mostrar o quanto o poder estava associado aos aspectos econômicos. O Império do Mali sofre a perda do Kaabu, que por sua vez tem o risco dos portugueses, e estes, se vêem ameaçados pelos outros povos europeus. Eis parte de um intrincado e complexo contexto político. Ainda em termos de comércio, a fachada atlântica e, concomitantemente, o reino do Kaabu saiu do jugo do Império do Mali e se tornou a principal potência política, dominando os planaltos do Fuuta Jalon e os rios do sul, onde as populações que viviam na zona litoral foram empobrecidas pelos portugueses (BARRY, 1990).

Neste sentido, importa afirmar que com a hegemonia do Kaabu na região, alguns povos obtiveram progressos e ganhos, quando na condição de tributários deste novo reino, uma vez que este atendia a necessidade de todos os povos do jeito que os últimos gostariam:

(...) certos grupos mostraram-se agressivos, tais como os bijago e os biafada das ilhas, que atacaram os nalu e os balante, povos de terra firme. Porém, os mande e seus vassalos kassanga, os mais ativos nas razias de escravos, perseguiram constantemente os bijago, os joola, os balante e os bainuk (WONDJI, 2010, p. 13).

Com o crescimento do Kaabu, novos contornos são desenhados na região, e outras dinâmicas vão sendo postas. O leitor que por ventura esteja acostumado a perceber os europeus como protagonistas, decerto deve estar bastante confuso com os muitos nomes de povos que aqui desvelei desde o início deste trabalho. Importa destacar, entretanto, que por mais importantes tenham sido, os portugueses se inseriram numa história que há muito estava em curso e esta não poderia ser omitida ao longo deste trabalho, se o cumprimento do entendimento das dinâmicas não constituísse uma necessidade em questão. Ainda que tenham sido vencidos em um dado momento, os povos da Senegâmbia meridional trouxeram consigo complexidades diversas, a exemplo das constantes sucessões de povos e reinos que guerrearam e estabeleceram hegemonias entre si. Neste momento, o Kaabu predomina, mas será por algum tempo, pois a ameaça fula se apresentava no horizonte...

2.4 A CONQUISTA FULA DO IMPÉRIO DE KAABU

Ly-Tall (2010) destaca o fato de que os Fulbe vinham desde o séc. XIII em crescente movimento de lutas contra o Império Futa-Toro. Após a conquista destes, investem contra o império de Futa-Djalom. De posse das conquistas citadas, os fulbe avançam contra o império Wolof, que era liderado por Koly Tenguela. Os fulbe invadiram toda a Senegâmbia e com isto fizeram frente aos poderes de Manden, que controlavam o Império do Kaabu. Este, por seu turno, conseguiu resistir aos fulbes e soninkês até o século XIX, quando foram conquistados pelos fulas de Futa Djalom. Aqui temos um complexo contexto de guerras em que suas circunstâncias só puderam vir a tona com base na conjugação profícua de uma história apoiada em novo aporte teórico metodológico, qual seja a união das fontes escritas com as tradições orais (LY-TALL, 2010). Para o historiador Carlos Lopes, na tentativa de explicar os diversos contextos em que o Império de Kaabu esteve inserido, necessitou mostrar que este sofreu a todo tempo as rebeliões dos povos conquistados.

O Kaabu, na medida em que tinha de conter as revoltas dos povos que lhe eram tributários, enfraquecia mediante as constantes guerras. Os fulas, ao longo do tempo e a custa de muitas guerras, conseguiram colocar fim ao poderio dos mande em 1867, com o apoio do Império do Futa-Djalom. Os fulas haviam lutado contra a condição de povo dominado perante o Kaabu, e ao obterem o apoio do Futa-Djalom conseguiram por fim a dominação mande. Lopes (1990) analisou diferentes tradições orais e documentação extensa, levantada por estudiosos que lhe antecederam neste trabalho de pesquisa sobre a queda do Império de Kaabu.

Esta decadência, entretanto, foi antecedida por outras derrotas que o Kaabu já havia sofrido para outros povos. Os Futa-fulas invadiram o Kaabu por volta de 1840; e mesmo não obtendo êxito em subjugar o império, conseguiram provocar uma grande tensão interna no seio dos pequenos reinos mandingas, sobretudo em vista dos desequilíbrios decorrentes destas guerras (RIBEIRO, 1989). Aqui pode se observar, nesse sentido, os processos que antecedem o contexto do domínio que será imposto pelos portugueses após as invasões que estes irão perpetrar após os anos de 1880. O leitor deve ter constatado agora que a presença europeia neste cenário não é a de ator principal ou de grande protagonista, pois outras dinâmicas indicaram que os contornos da política encontrada pelos portugueses haviam sido engendrados por guerras que ocorreram por interesses diversos. No próximo capítulo observaremos a conquista portuguesa e a efetivação da colonização.

3 II CAPÍTULO - DOMINAÇÃO INDIRETA E POLÍTICAS COLONIAIS

O começo da virada da página no continente africano, no tocante as relações dos seus povos com os europeus, se verificou em uma das modalidades do colonialismo que recebeu o nome de sistema indireto. Aqui cabe explicar que, grosso modo, três formas caracterizaram o colonialismo no continente africano: o sistema direto, que consistia na administração feita por agentes da metrópole, no caso, no país colonizador; o sistema indireto, que utilizava agentes locais a serviço do interesse colonial; e o sistema misto, que combinava as duas modalidades anteriores (HERNANDEZ, 2005). Um número considerável de historiadores demonstrou interesse em descrever os sistemas coloniais, indicando a participação ativa dos corpos “africanos” que contribuíram para que elas assim se concretizassem. Aqui é importante ressaltar uma visão crítica ao trabalho de Oliver (2003), que em determinados momentos aspira a ideia de que os homens e mulheres do continente africano aspiraram as invasões europeias, numa perspectiva de que necessitavam da “ajuda externa” para apaziguar as guerras, contendas, escravidão, dentre outros contextos. Não é muito diferente do modo como Fage (1995) escreve sobre as resistências às invasões ocorridas no período posterior aos anos 1880. Isto, por sinal, rendeu severas críticas tanto para Fage, como para Oliver, por conta das suas omissões para com os movimentos de resistência às invasões europeias, como se os povos do continente africano tivessem-nas aceitado, corroborando com a tese de “clamor pela pacificação” (BOAHEN, 2010).

Ora, desde o início deste trabalho venho afirmando que se houve alguma colaboração entre “africano” e colonizador, esta ocorreu em função de algum interesse do primeiro, em detrimento do segundo. Seja uma aliança que visasse retardar a invasão colonial, ou, impedir que outra potência o fizesse, ou mesmo acumular forças para ocupar o povo ou país vizinho. Sim, em nenhum momento os líderes dos países africanos então existentes postularam a dominação estrangeira, e se é verdade que a maior parte dos braços que empunharam os rifles e metralhadoras que viabilizaram a conquista dos territórios africanos era de cor escura, estes, ao que me parece, não eram destituídos de interesses próprios. Afinal de contas, os homens e mulheres do continente africano certamente são *homo sapiens sapiens*, logo, postular que não refletem ou analisam os contextos nada mais é do que o “bom” e “velho” repertório conceitual colonialista. E aqui rendo minhas homenagens a Mbembe (2014) quando este rejeita o conceito de raça, como forma de explicar as sociedades e a espécie humana.

Para Carlos Lopes, a dominação cultural não está separada do controle político ou da preponderância econômica. Dito isto, cabe examinar os debates históricos que abordam estas

ações alusivas às “colaborações” de “africanos” para colonizadores. O leitor não estranhe as aspas que utilizo no adjetivo pátrio de “africano”, pois, para muitos de nós nascidos neste continente, a condição de ser um “africano” é algo distante ou quase nunca levado em conta. Ao que me parece, há maior alusão aos “africanos” fora da África do que no interior do continente, mas isto é outra questão. Para nós, “africanos”, importa apenas nos definirmos da forma como o fazemos, e na maioria das vezes, penso eu, isto ocorre pelas dimensões das filiações aos povos que pertencemos, ou mesmo ao país em que estamos. Isto, entretanto, é tema para outra questão.

No texto redigido por Walter Rodney (2010), acerca da “economia colonial”, este indica que a participação da África na economia mundial, desde o final do século XV, se dava em termos do setor periférico e dependente, pois ela é voltada para a Europa. Em certo sentido, talvez esta afirmação de Rodney esteja correta, mas me parece que ainda nos séculos XV e XVI o continente africano, notadamente sua parte oriental, estava ainda relativamente distante de ser voltada para o continente europeu. Contudo, a situação caminhou progressivamente para a perda das soberanias dos países africanos então existentes. Este contexto inaugura o momento que teve início com lançamento das bases e das relações de produção colonial (RODNEY, 2010). M´Bokolo alega que as pressões e intervenções dos europeus nas produções agrícolas na África ocidental redundaram em fracasso. Êxito, em termos de produção agrícola, apenas na costa oeste africana, com a participação dos homens e mulheres de África (M´BOKOLO, 2011).

Betts, mesmo com a visão um pouca esclarecedora sobre o objetivo e o significado que a política colonial foi implementada nos seus primórdios, observou e salientou a diferença entre as ideologias britânica, francesa e portuguesa. A primeira, no caso, a inglesa, “permitia” autonomia administrativa aos súditos, enquanto as últimas optavam pela “integração política”. Por outras palavras, estavam em cima do muro entre a política de “diferenciação” e da “assimilação”. Betts resumiu esta última como algo que visava uma adaptação cultural e que também levava em consideração a experiência política conveniente (BETTS, 2010).

Por um lado Rodney destacou os aspectos relacionados com a perda da autonomia econômica africana, que se deu através do roubo das terras, e a substituição das forças produtivas que antes estavam a serviço dos locais, e que agora eram postas ao dispor dos invasores. Por outro lado, ele afirma também que no século XIX, brancos e negros mantinham relações econômicas e sociais, isto no tocante ao setor administrativo, que contavam com uma minoria branca e uma maioria negra, cenário esse que veio mudar após a descoberta de ouro e diamantes (RODNEY, 2010)

A administração indireta se deu após a penetração no interior do continente africano pelos europeus. Ao perceberem que numericamente eram insuficientes, as companhias concessionárias buscavam não abalar tanto a ordem social dos autóctones “africanos”, pois desta forma poderiam contar com a cooperação dos mesmos. Como podemos ver nas afirmações de Georges Leygues, citado por Betts, “o princípio fundamental de nossa política colonial deve ser o respeito escrupuloso de crenças, costumes e tradições dos povos submetidos ou protegidos”. Adicionalmente, observou o autor que: “o fator mais decisivo para a implantação da economia colonial foi o grau de participação que as diferentes regiões da África tinham na economia mundial” (RODNEY, p. 377, 2010).

O que se viu mesmo nesta política colonial, no setor agrícola, é a produção de excedentes para a economia colonial, que tinha como base a mão de obra africana, para poder exportar os produtos para o mercado internacional. Com isso estava estabelecida uma junção entre o capital europeu, susceptível de ser investido na África, e a mão de obra africana, barata, “desqualificada” e/ou, submetida a contextos de trabalho compulsório. E para tal “era preciso lançar mão da força, quer abertamente, quer sob a proteção das leis dos novos regimes coloniais” (RODNEY, 2010, p. 383).

Betts afirma ainda que, mesmo com as ideologias diferenciadas, nenhuma potência colonial partiu para a ruptura radical de imediato e por completo com as estruturas sociopolíticas existentes. Todas elas optaram pela “aceitação relutante e a adaptação forçada dessas estruturas”. Com o tempo, e de maneira suave “distorcer as funções das instituições africanas básicas, enfraquecendo-as”, era o objetivo máximo das políticas e projetos colonialistas, fossem estas inglesas, francesas, belgas ou portuguesas. Betts tomou como exemplo a anexação dos Estados africanos e, “pelo exílio ou destituição de seus dirigentes lançou em descrédito toda a antiga administração” (BETTS, 2010). Outro meio ainda da obrigação que Rodney percebeu que a política colonial explorou para fazer com que os africanos produzissem, na sua atividade exploratória da economia africana, foi imposto assim “africanos para o trabalho assalariado e para a produção de culturas destinadas ao comércio” (RODNEY, 2010, p. 385). Mesmo os proprietários de terras, europeus, enveredaram pela trilha de impor aos homens e mulheres “colonizados” a produção agrícola voltada para o mercado externo, sob a onda do capitalismo europeu. Isto incluía também a África ocidental.

Betts frisou a diferença existente entre os sistemas francês, português e belga: nas duas primeiras potências, a metrópole era o centro da administração colonial, enquanto na última as suas possessões na África possuíam os conselhos coloniais [que] tomaram efetivamente o

caráter de assembleias proto-parlamentares (BETTS, 2010). Betts demonstrou a relevância dos chefes locais para as potências europeias, no que tange a implementação das administrações indiretas, notadamente para o funcionamento das mesmas. Exemplificou o caso do território da Nigéria, onde a Royal Niger Company não tinha pessoal suficiente para administrar o vasto território em questão, e que por isso se viu a alternativa em utilizar as instituições autóctones. “O melhor resumo de sua política está contido em uma série de instruções aos seus subordinados, datadas de 1906, nas quais preconiza “um governo único, onde os chefes africanos tenham deveres bem definidos e uma posição reconhecida equivalente à das autoridades britânicas” (BETTS, 2010, p. 360). Betts encerra a questão afirmando que as raízes para uma administração indireta se implantaram na base de colaboração com o residente britânico e não na subordinação. “Ao chefe africano cumpria desempenhar o seu papel tradicional, seguindo diretrizes bem precisas, mas não rígidas, da administração colonial” (BETTS, 2010, p. 360).

O autor aborda ainda sobre a exploração da economia na África pelos europeus. Ao contrário de Betts, Rodney observou que a política estrangeira para fazer valer a exploração econômica era impor a mão de ferro. “Em vários lugares, foi primeiro necessário tomar as terras africanas para que se pudessem desenvolver as estruturas socioeconômicas de povoamento” (RODNEY, 2010, p. 384-385). E também fazer o recrutamento da mão de obra africana para a construção das estradas e ferrovias.

Mas, o que se pode mesmo entender como o objetivo, “A grande tarefa da administração indireta”, escrevia o biógrafo de Lugard num artigo em defesa de sua política, “é não intervir nas rivalidades entre africanos, deixando campo livre suficiente para que encontrem eles próprios o ponto de equilíbrio entre o conservadorismo e a adaptação” (BETTS, 2010, p. 361). A explicação da administração indireta foi pela primeira vez teorizada pelos franceses, em “politique *d’association*”, o modelo ao contrário do antigo ideal de assimilação política. Ao falar do conceito, Betts citou a obra *Domination et colonisation*, de Jules Harmand, publicada em 1990 “administração indirecta, com a conservação, embora melhor vigiada e dirigida, das instituições do povo submetido e com o respeito por seu passado” (BETTS, 2010, p. 361).

Betts realçou o caso da África subsaariana, ao demonstrar a mudança existente na passagem do “chefe africano”, no período de entre guerras, que saiu da condição de “autoridade indígena”, para tornar-se agente administrativo, o que veio afetar as suas regalias. A sua função passou a ser de, “recolhimento de imposto, operações de recenseamento, recrutamento de mão de obra e alistamento, portuguesa e francesa”. Enfim, ele foi

manipulado e podia ser transferido ou removido a custo zero, em detrimento da satisfação das necessidades coloniais (BETTS, 2010, p. 364).

Concomitantemente a isso, Ribeiro (1989), debruçando-se sobre período da política indireta, considerou que a Europa estava vivendo um contexto de crise, perpassado por um dilema que residia em ir à busca de recursos, e que estes não encontraram outra solução a não ser a via marítima, porque a questão essencial da época (o século XV) era controlar o comércio internacional. Neste sentido, caso excluíssemos o domínio do comércio da Europa, que no século XV tinha conquistado o mercado internacional e monopolizava, ao mesmo tempo, as trocas entre América, Ásia e África, a colonização não seria exequível (RIBEIRO, 1989).

No trabalho desenvolvido por Barry sobre tais questões, preocupado com a situação social da Senegâmbia, este não hesitou em afirmar que a economia da Senegâmbia possuía, sob perspectivas de uma integração ampla, um comércio inter-regional que tinha assegurado o que se fazia a longa distância, e que tinha a interdependência à floresta, à savana, e ao Saara como base. Contudo, esta situação teve profundas mudanças no advento dos meados do século XV, com a chegada dos portugueses (BARRY, 1990).

Mendy, em análise sobre o século XIX e o início do XX, na atual República da Guiné-Bissau, salienta que a política portuguesa era pacífica e harmônica para ambos os lados, tanto os africanos como para os portugueses, pois não se obrigava os ditos “gentios” a produzirem amendoim. Com isso, os comerciantes montaram uma estratégia para supervisionar e organizar esta colheita de subsistência no Rio Grande. No começo ela encontrou dificuldade, e muitos historiadores, dentre outros estudiosos desta política, viram como sem importância a utilização da mão da obra “indígena” sob a força física. Faziam-na, mas pela base da aliança, tanto por parte tanto dos portugueses quanto dos cabo-verdianos, quando do recrutamento dos biafadas para cultivar e colher o amendoim. Sob a recusa destes, os portugueses recorreram, sob esta lógica, aos mandjakos, para que este problema fosse resolvido. Para conseguirem êxito, tiveram que negociar, sobretudo com o “Rei dos Reis”, em Bassarel. Este negócio aconteceu por meio de pagamento de impostos (MENDY, 1990). Este salienta que os mandjakos contratados, por sua vez, não eram assalariados e muito menos cultivavam a terra em regime de parceria. Eram outorgados à terra, alimentação, sementes, aguardente e tabaco após a colheita, forçavam-lhes a vendê-la ao ponteiro e sobejavam com pouca *mancarra*. E aproveitavam as migalhas para comprar munições, vestuários, tabaco e aguardente (MENDY, 1990).

Entre os séculos XV e XVI os portugueses, de uma forma progressiva, tinham desviado o comércio que se fazia no interior para a costa; e neste caso, controlavam-no no âmbito inter-regional, a própria Senegâmbia, em virtude do seu estreito vínculo no que diz respeito à exploração das ilhas de Cabo-Verde. Mediante a isso, tanto o comércio do ouro, quanto o de marfim e dos escravos tiveram profundas mudanças na conjuntura política e social na Senegâmbia. E, nesse momento, havia abertura para a fachada atlântica e, concomitantemente, o reino do Kaabu saiu do jugo do Império do Mali e se tornou a principal potência política, dominando os planaltos do Fuuta Jalon e os rios do sul, na qual as populações que viviam na zona litoral foram empobrecidas pelos portugueses. Com a chegada dos ingleses, holandeses e franceses, os portugueses perderam o seu monopólio de forma rápida, repartindo desta forma a costa da Senegâmbia, para que pudessem responder através da zona de influência das necessidades de mão de obra escrava do comércio atlântico (BARRY, 1990).

No mesmo sentido, Ribeiro (1989) analisou o período compreendido entre os anos de 1850 a 1900/1915. Ele acredita que neste período tinha havido o equilíbrio entre a força euro-colonial e a “étno-africana”, uma vez que os portugueses estabeleciam nas praças e nos presídios, e que os reis de determinada localidade tinham domínio do território ao seu redor. E chegou o momento em que as taxas começaram a descer, tendo em vista o poder defensivo dos portugueses que se aumentava aos poucos. Ou seja, os impostos que os portugueses pagavam aos soberanos “nativos” diminuía progressivamente, na medida em que o poder dos primeiros aumentava. Ribeiro observou o embrião do poder português, frisando que em torno de 1850, nas praças e nos presídios controlados por Portugal, houve o processo de equilíbrio na medição de forças com os soberanos “nativos”, que se caracterizava nas ideias opostas aos poderes estabelecidos em diferentes regiões da Senegâmbia, e isto bem antes do colono português. A manutenção dos portugueses, neste momento, dependia exclusivamente das receitas das ilhas de Cabo-Verde para que pudessem pagar as despesas que tinham com estes soberanos, e com o comércio em geral. Desta forma, na segunda metade do século XVII, o tráfico atlântico havia se tornado como a principal fonte de comércio da colônia, integrando os vínculos do domínio entre Europa, África e América. Diante disso, a África (e conseqüentemente, a região da Senegâmbia) desempenhou um papel vulnerável. E o centro europeu beneficiou-se bastante com isso, conforme Samir Amin, citado por Ribeiro (1989).

No decorrer do mesmo período, quando as coisas estavam saindo mais do controle dos portugueses, ou, por outras palavras, com a crise política na província da então Guiné Portuguesa, como ressalta o governador Correia, era imprescindível para que fossem impostas

nesta província, em vigor, às leis do trabalho instituídas tanto em São Tomé e Príncipe, como em Angola, como forma de energizar o comércio. Estas leis foram promulgadas no dia 29 de abril de 1875, através do governo de Lisboa; nestas leis podia-se verificar de que todos os nativos que não trabalhassem eram considerados vagabundos; razão pela qual as autoridades coagiam-nos a produzirem por meio dos contratos de trabalhos. Leve-se em conta, contudo, que devido à insuficiência do poder administrativo na então província, não foi possível implementar as referidas legislações (MENDY, 1990).

Contudo, os portugueses foram coagidos a pagar as taxas. Nestes termos, a situação precária tinha ganhado outra dinâmica, quando estavam à altura para a negociação. Ele vai mais além, e salientou que o controle dos trabalhos que os portugueses obtinham das pessoas das praças estava submetido a duas forças. Mesmo assim, os comerciantes viraram cuidadosamente para a feitura do comércio lícito, no momento em que a exportação de escravos terminou de forma completa, em 1842. Porquanto houve, neste sentido, a intenção de fazer da África a fonte de matérias primas, como também de mercado para colocar os seus produtos industriais. Verificou-se isto quando o tráfico de escravos foi abolido, aumentando a penetração dos portugueses no interior do continente africano. Em virtude disso, a guerra entre distintos povos ganhou outra dinâmica, no caso, sob as bases da desestabilização do poder dos “povos nativos” (RIBEIRO, 1989).

Mas a tal penetração observada por Ribeiro, como ele mesmo diz, foi efetuada pelos lançados, grumetes, cristãos da terra, brancos da terra e filhos da terra cristãos, conforme visto no primeiro capítulo, sem esquecer-se dos precursores, no caso, os crioulos, que podem ser definidos como grupos de miscigenados, tanto do ponto de vista de origem cultural, como no que concerne ao afastamento destes para com as suas raízes, além de influência de uma cultura externa. Estes viviam nos centros urbanos. Ele interpretou que os portugueses, através do apoio dos crioulos, conseguiram efetivar a dominação indireta. Por um lado, e, por outro, os crioulos aproveitaram da situação de estruturas políticas para se beneficiar disto, fazendo alianças com os régulos no intuito de batalhar contra os portugueses, embora quando soubessem da mudança no tocante ao poder político, apoiavam estes (os portugueses) para lutar contra aqueles (os régulos) (RIBEIRO, 1989).

Situando alguns lugares que os portugueses dominaram o comércio, na visão de Mendy, pode-se indicar Bolama e Bissau, estes, no caso, os primeiros centros comerciais oficiais constituídos para uma “primeira classe”, e tendo como suas vilas, Bafatá, Bambadinca, Sonaco, Mansoa, Farim e Canchungo, ficando classificadas como de “segunda classe” Cacheu, Geba, Xitole, Fulacunda, Cacine, Buba e São Domingos. Ainda sobre a

disputa comercial, bem como os sentidos da “colaboração”, Mendy afirma que os comerciantes libaneses dominaram parte significativa dos centros comerciais de “segunda classe”, assim como os sírios, que efetivamente no início do século XX começaram a marcar aos poucos sua presença nestas terras. Entretanto, os sírios, em Bissau (que era o maior centro comercial), enfrentaram as agressividades dos cabo-verdianos e dos comerciantes europeus que estavam neste território há anos. Os comerciantes libaneses e sírios ajudaram os portugueses para que dominassem efetivamente o comércio na então Guiné Portuguesa, porquanto, a sua estada no interior auxiliou bastante a exploração agrícola (MENDY, 1990).

Para acabar mesmo com a concorrência no setor de comércio, Mendy aposta que devido à monopolização deste por parte dos Portugueses, os comerciantes “africanos” foram bloqueados e obrigados a desistir do mercado. Isto se observa na ação feita pela Companhia União Fabril (CUF), que destruiu um número enorme de comerciantes que se estabeleceram neste território através do controle do comércio externo. Esta companhia era considerada um império, pois exercia o seu domínio comercial na então Guiné Portuguesa, bem como em Angola, Moçambique e Portugal (MENDY, 1990).

Além da companhia citada, para o combate da concorrência comercial interna, com agentes nacionais e internacionais, foram criadas as tarifas das alfândegas protecionistas, que tinham facilitado a monopolização de Portugal no tocante ao comércio externo. Isto prejudicou os outros exportadores, que foram forçados a pagar a sobretaxa reembolsável de 15%, sobretudo a França, que protestou contra a ação, considerando-a ato de xenofobia por parte de Portugal, embora não surtisse efeito as suas reivindicações. A CUF foi quem beneficiou grandemente a chamada política de “nacionalização” (MENDY, 1990).

Enquanto isso, Barry salienta também que o impedimento das sociedades camponesas, a fim de dedicar-se plenamente à segurança da produção dos alimentos, consistiu nos conflitos internos vinculados ao tráfico negreiro. Por tal razão, tinha diminuído a produção agrícola, o que se agravou através de inúmeras catástrofes da natureza, que faziam sulcos na História da Senegâmbia. Em virtude disso, houve retrocesso em todas as áreas, sobretudo na sua produção de ferro e de tecidos de algodão. Além do mais, a região da Senegâmbia foi enfraquecida de forma interna por meio do tráfico negreiro, desencadeando a perpetuação da violência entre Estados e no interior destes no âmbito das suas relações (BARRY, 1990).

Em termos de finalização, Mendy frisa sobre a política da produção de arroz, ao afirmar que a sua colheita era mais importante, e que sustentava o povo da então Guiné Portuguesa. Isto também se observava no que diz respeito ao sustento para os outros povos, a exemplo de Portugal e Cabo-Verde, apesar de o primeiro (Portugal) não ter consumido

excedentes no que se refere à produção do arroz. Neste sentido, é importante ressaltar que se não tivesse sido constante a fome e o infortúnio das secas em Cabo-Verde, Portugal se beneficiaria do “excedente da produção de arroz” (MENDY, 1990).

Deste modo, para Barry a conquista colonial fez com que França, Portugal e Inglaterra dispusessem da Senegâmbia para o seu proveito em termos da produção, que era destinada para a satisfação das necessidades industriais. Isto permite entender, portanto, a presença destas potências no processo de divisão das terras pertencentes a Senegâmbia. A França tomou para si o que hoje nomeamos por Senegal, visto que os seus interesses econômicos estavam vinculados com a expansão do amendoim, ao passo que a Inglaterra tomou a Gâmbia para si, e aos portugueses restou a posse do Cabo Verde, e da Guiné Bissau (BARRY, 1990).

3.1 A RESISTÊNCIA, E A “COLABORAÇÃO AFRICANA” NA REGIÃO DA SENEGÂMBIA (CASO DA ATUAL GUINÉ BISSAU)

Os termos “resistência” e “colaboração”, como forma de entender a performance de soberanos, nos séculos antecedentes, chamam muito a atenção dos historiadores da contemporaneidade. Boa parte dos que escreveram sobre a história do continente africano, via de regram pincelam ou discorrem um pouco sobre eles. Estes aspectos podem ser mais bem compreendidos sob a perspectiva binária das atitudes em “abrir mão de sua condição de autonomia” ou de “manutenção desta a todo custo”. Em seu artigo, Mazrui (2010) discute, define e classifica as diferentes formas de resistência dos povos africanos frente às investidas coloniais. Apesar da exigüidade do espaço, aproveitemos o contexto para compreender seu conceito de resistência primária, que é definido como a oposição que os povos africanos autóctones fizeram no momento da invasão e a conquista europeia. No que diz respeito ao sentido cronológico, Mazrui apóia-se na escola de história africana de Dar es Salaam. Conforme esta, o sentido tradicional com a qual os povos autóctones se organizavam para mover óbice as invasões seria pelo viés cultural (MAZRUI, 2010).

Existem várias formas de resistência observadas pelos diferentes historiadores. Uma destas, muito utilizada por alguns povos da Guiné foi fuga, conforme mostra Pélissier ao indicar que: “as tropas desembarcam em Caió e batem a região durante dois dias, sem que haja combate decisivo, porque os mandjakos recuam constantemente e refugiam-se nas florestas”. Sobre isto, quando houve o bombardeamento, que os grumetes fizeram na Canhabaqu, os moradores simplesmente se refugiaram no interior da ilha. Aspecto esse repetido pelos baiotes, que fugiram quando os portugueses incendiaram as suas palhotas.

Enfim, ainda outra forma referida pelo autor: “os Soninquês envenenam-lhe a bebida” [dos portugueses] (PÉLISSIER, 2001, p.145)

Realço um ponto citado, no que tange à política colonial europeia aplicada no continente africano. M´Bokolo salienta que “a África Ocidental tornou-se assim o primeiro laboratório para esses projetos de valorização (...) que consistiam em impor autoritariamente aos africanos estruturas e formas de exploração da terra” (M´BOKOLO, 2011, p. 165). M´Bokolo também chama a atenção para o fato de que estes aspectos acarretam choques tanto para os autóctones, como para os invasores, fato esse verificado no território da atual República do Senegal entre os franceses e Waalo-Waalo a propósito da terra. Pois, ambos tinham um acordo, datado por volta de 1819, que previa a cessão “em plena propriedade” de terras aos franceses. Entretanto, na visão dos Waalos a terra não pode ser propriedade privada, sendo que dela tiram os seus mantimentos. “Houve uma primeira vaga de indenizações em 1821, mas as desordens não abrandaram, visto que os Waalo-Waalo multiplicavam as destruições de diques para impedirem os colonos de Saint-Louis e os franceses de procederem às culturas” (M´BOKOLO, 2011, p. 167). Em comparação com “os papéis tenham vindo em armas dizer que nunca pagariam o imposto, porque a ilha lhes pertencia” (PÉLISSIER, 2001, p.101).

Os europeus em seguida, para impor a sua hegemonia a todo custo, fazem opção pela força, por eles denominada de política de ocupação militar, que Uzoigwe, compartilha com três autores já citados (Ribeiro, M´Bokolo e Péliissier). Uzoigwe demonstra que as ações francesas no período compreendido entre os anos de 1886 a 1990, seja no Cayor; Senegâmbia; Costa do Marfim; Gabão e Madagascar, encontraram várias resistências de todas as ordens, engendradas pelos soberanos dos países africanos então existentes. São muitos os exemplos neste sentido, seja no caso de Lat-Dior, que só a morte o impediu que continuasse sua luta em defesa da hegemonia e a não submissão do seu povo ao poder estrangeiro. Também podemos indicar os exemplos de Mamadu Lamine, Samori Touré, Segu, Youri, Ahmadu, Rabah, dentre outros, que foram vencidos, mas não cederam suas soberanias da forma como foi descrita por uma historiografia de caráter colonialista, que consagrou a débil e frágil divisão dos soberanos africanos em resistentes e colaboracionistas.

Ribeiro, ao entabular questões sobre aspecto, constata que o terceiro e o último período dos anos 1920 foram identificados como sendo o fim das ditas “Campanhas de Pacificação” e, de forma oficial, estas findaram em 1974 por intermédio da queda do fascismo, através do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau por parte de Portugal. Estas campanhas a que me refiro, nomeadas pelo termo de “pacificação”, foram na verdade

marcadas por períodos sangrentos da política colonial, algo que é objeto da atenção de muitos historiadores. O que se pode afirmar, ao fim e ao termo, é que os soberanos dos países africanos então existentes, lutaram até o fim das suas vidas, e as opções que lhes restaram foram a derrota, e a submissão ao exílio, ou a morte.

M´Bokolo, comenta que as fontes são unânimes em indicar que, nas diversas sociedades africanas existiam contradições e antagonismos mais ou menos graves, dos quais os colonizadores iriam naturalmente tirar partido. Contudo, o logro ideológico de que as guerras ditas tribais legitimaram a “colonização salvadora” é parte de um ponto de vista colonial, de se querer acreditar que os povos africanos eram inviáveis em termos de auto governança. O que ele queria demonstrar mesmo, sobre o contexto em questão, é que os povos possuíam suas rivalidades e guerreavam entre si, mas com a chegada dos europeus, os conflitos tomaram outro tipo de comportamento a favor da política colonial, em que alguns guerreavam para obter vingança e fornecer os escravos aos europeus, e os últimos os apoiavam com a logística.

Pélissier ilustra bem a bravura e resistência dos papéis da aldeia de Intim, que é tomada metro a metro, ao passo de carga e a baioneta, algo pouco frequente nas campanhas coloniais portuguesas. Mas os papéis contra-atacaram violentamente duas vezes. Os Papéis deram prova de combatividade e puseram em ação um poder de fogo que surpreendeu os oficiais. Outrossim, Pélissier discorre sobre a resistência no caso ocorrido entre os dias de 21 de Fevereiro de 1892 a 11 de março do mesmo ano, e que envolvem a expedição portuguesa contra o resistente chefe feroz, Mali Boiá. Este enfrentou muitos batalhões de caçadores e três companhias de polícia. “A 28 de Novembro de 1893, os papéis de Intim, Bandim e Antula, além dos grumetes, dispararam contra a fortaleza e assassinaram um cabo-verdiano” (PÉLISSIER, 2001, p. 31). Outros atacavam com fogo contraposto à metralhadora e os canhões. “Os Soninquês lançam fogo ao mato. Abandona, portanto, a metralhadora e os canhões.” Ou ainda ameaça que faziam aos oficiais (PÉLISSIER, 2001, p.110).

Outra forma de resistência reside no fator geográfico: “apenas alguns insulares dos Bijagós podem ainda acreditar que continuam a deter as chaves da sua independência, quando é unicamente o seu isolamento marítimo que a pereniza” (PÉLISSIER, 2001, p.123). Raras vezes os povos constroem coligações para fazer face aos colono, como se vê no caso dos balantas e grumetes. Os papéis coligaram-se a estes grupos para derrotar os homens de Adbul Injai, auxiliar fiel dos portugueses, entre Porto Mansoa e Gole e no rio Mansoa. Estes povos também resistiam pela fé, ou por vários outros modos combinados. Mas nunca, nunca mesmo, abriram mão de sua soberania, aceitando passivamente o domínio colonial.

3.2 A COLABORAÇÃO (CASO DA ATUAL GUINÉ BISSAU)

Uzoigwe classifica em dois tipos os tratados que foram feitos entre os povos africanos e europeus, além dos que eram feitos apenas entre estes últimos. O objetivo aqui é examinar as discussões sobre os primeiros, o que nos levará a deixar de lado os tratados feitos entre os europeus. Mazrui afirma que muitas sociedades africanas haviam decidido não permanecer passivas diante do avanço das forças coloniais, e previram combatê-las à medida que elas ganhavam terreno (MAZRUI, 2010; UZOIGWE, 2010) Como havia frisado sobre as questões relacionadas com a política colonial, ou administração indireta, Uzoigwe indica que os tratados afro-europeus, no período de tráfico de escravos e do comércio em solo africano, ocasionaram a interferência da política europeia nos assuntos africanos, seja sob a força das armas, ou de maneiras mais sutis. Em seguida, o autor indica que Depois, “os dirigentes africanos ou eram levados a renunciar a sua soberania em troca de proteção, ou se comprometiam a não assinar nenhum tratado com outras nações europeias”, denominado por ele tratados políticos (UZOIGWE, 2010, p. 35).

Afirma ainda o autor em questão que os tratados eram sombrios, em cada parte eram diferentes e se para os “africanos” estes em vistos como acordos de cooperação que visavam beneficiar ambas as partes, para os europeus eram objeto do projeto de tirarem proveito da autoridade nas relações políticas ou econômicas colocando em questão a hegemonia. Em seguida, é importante perceber que os tratados não foram estabelecidos diretamente pelos governos europeus, que enviavam representantes, e estes, conforme Uzoigwe, não possuíam o poder de cumprir com o que era assinado. Eram na verdade “representantes de governos europeus ou por certas organizações privadas, que, mais tarde, os cediam a seus respectivos governos” (UZOIGWE, 2010, p. 39). Este autor entende que os “africanos” celebravam os tratados por motivos diversos, mas que na maioria das vezes colocavam em primeiro lugar o interesse dos seus povos.

Em certos casos, aspiravam a estabelecer relações com os europeus na esperança de tirar daí vantagens políticas relativamente a seus vizinhos. Às vezes, um Estado africano em posição de fraqueza assinava um tratado com uma potência europeia esperando poder assim libertar-se da vassalagem a outro Estado africano que lhe impunha sua soberania. Este último também podiam. Desejar um tratado, contando utilizá-la para manter em obediência os súditos recalcitrantes. Por fim, certos Estados africanos imaginavam que, celebrando um tratado com um país europeu, salvaguardariam a independência ameaçada por outras nações europeias. (UZOIGWE, 2010, p. 39).

Pélissier analisou outras formas que levaram os povos africanos a estabelecer alianças com os portugueses, principalmente na época do Teixeira Pinto. Este prendeu o régulo de Bassarel, e colocou outro no trono, que era mais zeloso com os interesses portugueses em detrimento daqueles do seu próprio povo. Os papeis de Antula, presentindo que seriam as próximas vítimas da ação de Teixeira Pinto, se aliaram a este, com o intuito de evitar sua ação sobre estes. Os régulos de Bine (Canhabaque), pela necessidade dos seus povos, foram a Bolama no dia 06 de Janeiro de 1918 para assinar tratados, como forma de reverter o bloqueio que resultava na morte dos habitantes locais. Com medo de perder a sua soberania, e de ser substituído por Abdulai, o régulo biafada Boncó Sanha do Badora se aliou aos portugueses. Mencionou que algumas aldeias multiplicavam o números de homens que queriam simplesmente vingarem, portanto se aliava aos Portugueses para terem acesso as armas (PÉLISSIER, 2001).

Com o advento das ditas guerras das “Campanhas de Pacificação”, entre 1913 e 1915, podia-se constatar dois fatores que tinham favorecido bastante os exploradores portugueses, nomeadamente: o acordo destes com os fulas e, de outro lado, com os crioulos que deram auxílios para os portugueses de forma definitiva (RIBEIRO, 1989). Uzoigwe lamenta sobre a falta de solidariedade, unidade e cooperação entre os povos africanos, “mas também pelo fato de que alguns deles não hesitarem em se aliar aos invasores europeus contra seus vizinhos, apenas para se verem vencidos um pouco depois”. Os bugandas aliaram-se aos ingleses contra os banyoros, os barotse se uniram aos ingleses contra os ndembeles, e os bambaras aos franceses contra os tukulor (UZOIGWE, 2010). Betts avisa que os europeus procuravam chefes dispostos a se aliar com eles na África oriental ou austral, ou buscavam os agentes para transmitir eficientemente as exigências da dominação estrangeira ao conjunto dos povos africanas (BETTS, 2010). Na visão de M´Bokolo, baseado nas afirmações proferidas por Luc Garcia, isto levou alguns príncipes a se aliarem às forças estrangeiras, contra irmãos e primos, ministros, governadores de região, seja por inveja, insatisfeitos crônicos, sob a busca de adquirir mais privilégios (M´BOKOLO, 2011).

Os principais auxiliares dos portugueses na atual Guiné-Bissau foram os fulas, mandingas e biafadas, sitiados com o propósito de alistar um máximo de auxiliares. Na linha seguinte ele afirma “nada de importante se passa antes da concentração de perto de 800 auxiliares e carregadores” (PÉLISSIER, 2001, p.35). Entre outros povos, sejam animistas ou muçulmanos, os mandingas se aliavam aos portugueses contentando-se em se defender ou em intervir para vingar vassalos ou súbditos protegidos, conforme afirma Pélissier. Neste sentido, o islã transformou-se em uma corrente que opunha o poder absoluto das aristocracias

solidárias. E o comércio atlântico, por seu turno, foi predominado por meio do tráfico negreiro (BARRY, 1990).

Nem todos os tratados foram à base da força, ou de obrigação moral. Houve aqueles que aconteceram passivamente, conforme exemplificou Pélissier. O caso do régulo Mamadu Paté Bolola, que se deslocou do seu reinado para ir a Buba, a 19 de Junho de 1890, com o propósito de ser batizado pelos militares. Episódio próximo ocorreu com o régulo papel, Tabanca Soares, de Intim, que se batizou e paralelamente prestou a homenagem ao governador local, nove anos depois de primeiro ato citado. Ambos foram no mesmo local geográfico (PÉLISSIER, 2001).

Importante ressaltar que nas vezes em que os autóctones pediram a intervenção dos invasores europeus, o fizeram por causa do medo de serem invadidos pelos vizinhos, como se observa com os habitantes de Forria, que procuraram a proteção nas mãos de Aníbal Augusto da Silva Machado Júnior, quando da sua visita a aldeia em questão, no mês de agosto de 1894. Outro caso semelhante foi o pedido de ocupação militar que o régulo Tombá Ferreiro, soberano dos balantas, fez aos portugueses, cinco anos depois do episódio citado (PÉLISSIER, 2001). Após as ditas “Campanhas de Pacificação” foi possível observar o aumento da produção para exportação do amendoim, sem que fossem alteradas as estruturas tradicionais destes povos. Para a produção da borracha, arroz, dentre outros produtos que dependiam da mão-de-obra, foram empregados/as tanto homens como mulheres e crianças. A economia de exportação tinha dependido unicamente dos nativos, tanto para o cultivo como para as colheitas, que eram exportadas. Observe-se que no decorrer da II Grande Guerra os comerciantes foram obrigados a dar término das suas operações na região em questão (MENDY, 1990).

M´Bokolo cita também o caso dos escravos, que se aliavam se aos europeus por conta de terem sido resgatados aos seus senhores, e com isso tinha que prestar serviço militar aos primeiros por 12 a 14 anos, podendo até passar mais de 20 anos. Ele observa também que há aqueles que se aliaram por vontade própria, mas também houve os que eram obrigados a se alistar sob força militar, a exemplo dos “vários filhos de grandes resistentes – nomeadamente, doze filhos de Samori, um de Ali Bouré e outro de Mamadu Lamine - entraram, talvez forçados, nas fileiras dos RTS.” (M´BOKOLO, 2011, p. 373).⁸

Pélissier cita também o caso ocorrido no ano de 1892, em que se estabeleceu o tratado de vassalagem em Buba, em 28 de agosto, por parte do régulo Mamadu Paté Coiaba, que fora

⁸ RTS – Regimentos de Atiradores Senegalenses

entronizado um ano antes. Este tinha a missão de oferecer seus auxiliares aos portugueses, que em contrapartida deixavam abertos os caminhos para o domínio desta ao Futa-Djalon, e com a hipótese de Mamadu Paté Coiada desejar estabelecer uma segurança com Mussa Molo, e buscar auxílio contra Labé e Katé. Dois anos depois, outro exemplo foi o do régulo Mussa Molo, “no dia 3 e 4 Novembro de 1883 Mussa Molo fez um tratado de protetorado com os franceses, e a ajuda que lhes traz em Dezembro de 1887 para capturar Mamadu Lamine” (PÉLISSIER, 2001, p.29). Mussa Molo objetivava, com os tratados, tornar-se senhor de Firdu, desejo esse que conseguiu depois que expulsou Bakari Demba de Gâmbia. Péliissier afirma ainda que o norte principal do Mussa Molo “é restabelecer a sua hegemonia sobre os regulados fronteiriços, que se apoiam nos europeus para rejeitar as suas pretensões” (PÉLISSIER, 2001, p. 29). Além do mais, ele desejava retomar o controle de todas as regiões que anteriormente eram dominadas por seu pai, que outrora dominava Labé, Pacchisse e de Bajar.

M´Bokolo lamenta as condutas dos homens das famílias reais que auto se enganaram, pensando que os europeus estavam de passagem e eram passíveis de serem manipulados a fim de terem resolvidos seus desejos tanto no âmbito da política como da economia. Observe-se que são os soberanos que se sentiam ameaçados em relação a sua soberania por parte das potências europeias. Desta forma, eles se aliavam a uma potência europeia como forma de se opor a outra (M´BOKOLO, 2011). Estamos já nos anos de 1890, às vésperas da campanha do Daomé. No interior da própria África, os colonizadores fizeram grandes esforços para, seguindo os métodos e as manias da etnografia nascente, classificar os povos em “tribos”, ou “raças”, dotados de características naturalizadas, no caso, “viris”, “fortes”, “guerreiros”... Sejam sob a forma de “tribos” ou de “raças” pacíficas e fracas, eram os povos assim classificados. Esta política de recrutamento local e barato, destinada a dividir amplamente para reinar facilmente, assumiu formas diferentes, consoante os interesses das potências colonizadoras (M´BOKOLO, 2011).

Outro caso a levar em consideração foi o dos missionários católicos, em colaboração com o Estado português. Eram elogiados por não usarem a violência física para a submissão dos autóctones, no local em que opera cada vez mais o comércio de armas durante um ano, caminharam pontos entre os Balantas (Ponta Cuméré) e na ilha de Bissau (Safim), o povo conhecido como feroz a qualquer tentativa de submissão, durante oito dias no ano de 1899, as principais personalidades, importantes na missão mencionada, foi Joaquim Augusto Pereira e Alvaro Herculano da Cunha (PÉLISSIER, 2001). Anos que vão, os portugueses não podiam contar mais com um grande número dos fieis grumetes que outrora se apresentavam. Mas,

para aumentar e manter o seu privilégio, os muçulmanos cresciam mais e mais o número que aderiam a política portuguesa. “Os grandes chefes fulas acomodam-se muito bem à colonização portuguesa, que lhe fornece a oportunidade de manter os seus rendimentos, as suas prerrogativas e os seus métodos” (PÉLISSIER, 2001, p.115). Por esta razão ele denomina a campanha de luso-islâmica contra os animistas.

Percebe-se então, a partir das discussões encetadas pelos historiadores elencados ao longo destas páginas, o quão complexo foi o processo em que soberanos se aliaram, lutaram ou opuseram óbice a perda de suas independências perante os invasores. E estes, como bons estrategistas, se valeram de vários recursos para conquistar o que intentavam frente aos povos com os quais se relacionavam. Estes aspectos mostram, portanto, que para a história em questão, afirmações simplistas, de que houve colaborações e resistências sob uma dimensão binária, não traduz de forma suficiente os diferentes processos em que os povos africanos estiveram envolvidos. É fundamental perceber que a complexidade não é passível de dividir estes soberanos e seus povos em apenas dois pólos. Há que se considerar outros repertórios conceituais, que fujam dos binarismos em geral postos para o entendimento da história destes povos.

4 CONCLUSÃO

Em síntese, a historiografia Guineense, no que diz respeito ao trabalho de balanço historiográfico sobre os processos de resistência e acomodação durante as primeiras décadas da colonização portuguesa na atual Guiné-Bissau, caracteriza-se pela sobrevivência dos atores envolvidos no processo citado e a reinterpretação histórica de atitudes demonstradas por estes durante a época. Após a constituição de um campo de estudos sobre a história da África, dá-se uma visão sobre os atos dos envolvidos nos processos em questão, que se desenvolveram quase em todas as partes do atual continente africano, notadamente a Guiné-Bissau.

Em seguida, podemos verificar três momentos em que os historiadores interpretaram sobre os atos destes atores. Primeiro seria o momento que tem como marca a chegada dos europeus ao continente africano, no qual eles eram simples comerciantes e hóspedes dos líderes políticos africanos. O segundo foi à junção das forças políticas locais e estrangeiras, na qual o controle está no segundo, enquanto que a primeira trabalhava para satisfação das necessidades da segunda (administração indireta). Neste caso, os líderes africanos conseguiam privilégios na política colonial, com algumas vantagens, impondo a sua cultura, às vezes reajustando ou modelando para adequar ao projeto colonial. E o terceiro e último foi a virada da página, o controle e a presença maior dos corpos europeus nas colônias, tentando intervir em escalas maiores da política dos poderes africanos, criando as leis que regem a vida dos seus súditos.

Ressalto que, em todas as etapas mencionadas os historiadores investigados estão em concordância que, no tocante a resistência de alguns soberanos africanos perante o contato que tiveram com os europeus, e “feito pelo o bem do seu povo”, é que foram vencidos e muitas vezes, através da violência dos colonos. Contaram também com os seus colaboradores africanos inimigos do poder local, não só, mas também, aqueles que queriam ampliar as suas influências, ou aqueles que sentiam os seus poderes ameaçados, ou ainda aqueles que queriam recuperar o seu poder que foi usurpado, ou simplesmente aqueles que queriam livrar-se da subversão do poder estrangeiro que haviam sido submetidos há décadas.

Portanto, falava-se com boa vontade em desenvolvimento cooperativo e os povos africanos eram convidados a se deixar conduzir pelos europeus. Discorrendo sobre a atual Guiné-Bissau, os historiadores demonstraram vários exemplos dos líderes que não aceitaram a submissão do poder colonial, e que lutaram até os seus últimos dias. Isto demonstra que para sua conquista envolveram três atores, os povos nativos no qual, os muçulmanos (Biafadas, Fulas, Mandingas, entre outros) contêm o número mais significativos em termo de

colaboradores dos portugueses. A efetivação da política colonial deveu-se também, sobretudo, a atuação dos cabo-verdianos, ou dos grupos de “estrangeiros”: lançados, grumetes, cristãos da terra, brancos da terra e filhos da terra cristãos.

Os portugueses, através do apoio dos crioulos, conseguiram efetivar a dominação. Por um lado e, por outro, os crioulos aproveitaram da situação de estruturas políticas para se beneficiar, fazendo alianças com os régulos no intuito de batalhar contra os portugueses, embora quando soubessem da mudança no tocante ao poder político apoiavam os portugueses para lutar contra os mesmos régulos. Enfim, o empreendimento da colonização não se deu de maneira abrupta, e os soberanos do continente africano que foram identificados como colaboradores, o fizeram sob circunstâncias bem distintas daquelas consideradas ideais. Eis a maior conclusão deste trabalho, qual seja, a de que as questões alusivas ao que hoje nomeamos por Guiné Bissau, têm nos povos guineenses os seus maiores protagonistas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo/ Recife: Cortez, Massangana, 1999.

BALDÉ, Vanita. **A viabilidade da inserção do ensino de língua kryol nas escolas públicas e privadas da Guiné-Bissau**. Monografia (Licenciatura em Letras) – São Francisco do Conde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, 2018.

BARRY, Boubacar. A Senegâmbia do século XV ao século XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia. **Soronda**: revista de estudos guineenses, v. 9, p. 3-21, 1990. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09708.009#!7>>. Acesso em: 07, maio, 2018.

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 335-375.

BOAHEN, Albert Adu A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 01 – 20.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CHANAIWA, David. Iniciativas e resistência africanas na África meridional. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 219 – 249.

CONNAH, Graham. **África desconhecida: uma introdução à sua arqueologia**. São Paulo: Edusp, 2013.

COUTO, Hildo Honório do. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Alemanha/Hamburg. UNB. 1998.

DALBY, D. Mapa linguístico da África. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 337 – 344.

DIAGNE, P. História e lingüística. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 247 – 281.

EISNER, Will. **Sundiata. Uma lenda africana. O leão do Mali**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ESOAVELOMANDROSO, Manasse. Madagascar de 1880 a a1939: iniciativas e reações africanas à conquista e à dominação coloniais. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 251 – 279.

FAGE, J. D. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1995.

GREENBERG, J. H. Classificação das línguas da África. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 317 – 336.

GUEYE, M’Baye; ADU BOAHEN, Albert. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880 – 1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 129 – 166.

HAMPATE BA, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 167 – 212.

HAUGEN, Heinar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, Marco (ed.). **Norma linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 97-114.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

IBRAHIM, Hassan Ahmed. Iniciativas e resistência africanas no nordeste da África. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 73 – 98.

INTIPE, Bernardo Alexandre. **Unidade linguística na diversidade linguística: o caso do kriol da Guiné-Bissau**. Monografia (Licenciatura em Letras) – São Francisco do Conde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, 2018.

ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880 – 1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 191 – 249.

ISKANDER, Z. A Arqueologia da África e suas técnicas – Processos de datação. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 213 – 246.

KI-ZERBO, Joseph. A invasão do Continente: a África arrancada aos africanos. História da África Negra. BOAHEN Albert Adu (Org.) **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 60-86.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol. I**. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

KI-ZERBO, Joseph. Teorias relativas às “raças” e história da África. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 282 – 292.

LARONI, Abdallah. Iniciativas e resistência africanas no norte da África e no Saara. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 99 – 127.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. África Contemporânea: Representações, Problemas e Perspectivas. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 01, p. 73-91, 2018.

LOPES, Carlos. O Kaabu e seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, v. 32, p. 09 -28, 2005.

LOPES, Carlos. Relações de poder numa sociedade malinké: O Kaabú do séc. XIII ao séc. XVIII. **Soronda - Revista de estudos guineense**, nº 10. Bissau, INEP. 1990.

LY-TALL, Madina. O declínio do Império do Mali. In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). **História Geral da África, Vol. IV, África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 193-210.

M´BOKOLO, Elikia. **África negra. História e civilizações - do século XIX aos nossos dias**. Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2011.

M´BOKOLO, Elikia. **África negra. História e civilizações – Tomo I (até o século XVIII)**. Salvador/ São Paulo: EDUFBA/ Casa das Áfricas, 2009.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da Geografia. 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”, In: MAZRUI, Ali A, WONDJI, Christophe (Org.). **História Geral da África, Vol. VIII, África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 125-149.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite. Ensaio sobre a África descolonizada**. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2014.

MENDES, Vicente Mendes. **Rituais de iniciação do povo manjaco da Guiné Bissau: advinho/napene e régulo/namantch**. Monografia (Bacharelado em Humanidades) – São Francisco do Conde, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, 2017.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **Histórias da África**. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

MWANZI, Henry A. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880 – 1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 167 – 189.

NIANE, Djibril Tamsir. **Sundjata, ou a epopéia mandinga**. São Paulo: Ática, 1982.

OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África - Panorama Geral. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 59 – 76.

OLDEROGGE, D. Migrações e diferenciações étnicas e lingüísticas. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 295 – 316.

OLIVER, Roland. **A experiência africana – da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

PAIVA, Felipe. **Indômita Babel. Resistência, colonialismo e a escrita da história na África**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2017.

PÉLISSIER, René. **História da Guiné, Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936**. Vol II, 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 2001.

RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 51 – 72.

RIBEIRO, Carlos. A articulação histórica dos povos da Senegâmbia pré-colonial (os crioulos como embrião da Nação guineense). In: **A construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe**. Bissau: INEP, 1989, p. 219-242.

RODNEY, Walter. A economia colonial: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 335-375.

SAID, Edward. **Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SILVA, Francisco Henriques da; SANTOS, Mário Beja. **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau: um roteiro**. Porto: Fronteira do Caos, 2014.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Org). **História Geral da África, Vol. VII, África sob dominação colonial, 1880 – 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 21 – 50.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 139 – 166.

VAZ Paulo Gomes; HITTA, Maria Gabriela. Circuito de mercadorias e identidades africanas em movimento: reprodução social das mulheres angolanas e guineenses no comércio retalhista África- Brasil- China e sudeste asiático. **Cadernos de África Contemporânea**, Vol. 01, nº. 02, p. 106 – 133, 2018.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar. A partilha da África 1880-1914.** Rio de Janeiro: UFRJ / Revan, 1998.

WONDJI, Christophe. Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné [trechos]. In: OGOT, Bethwell Allan (Org.) **História Geral da África, Vol. V, África do século XVI ao XVIII.** Brasília: UNESCO, 2010, p. 437- 473.